



PROCESSO 161/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024

O Município de SERRA TALHADA - PE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 10.282.945/0001-05, estabelecida à Rua Agostinho Nunes de Magalhães, 125, Nossa Senhora da Penha, Serra Talhada - PE, através da Secretaria de Educação, CNPJ 14.788.766/0001-97 vem tornar público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024**, para **Prestação de Serviços de Transporte Professores**, pelo tipo de menor preço, em disputa aberta de lances, nos termos das Leis Federais nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e 13.709/2018, da Resolução nº 02/23, e da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada por último pela Lei Complementar nº 169/2019, Lei Complementar nº 182/2021, Lei Complementar nº 188/2021 e demais normas pertinentes.

O Pregão ocorrerá em sessão pública exclusivamente em ambiente eletrônico, na Internet, no endereço eletrônico: **www.portalserratalhada.com.br** mediante recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS.

As propostas, serão recebidas até às 13h00 do dia 07/01/2025, exclusivamente através do sistema eletrônico conforme endereço acima.

ABERTURA DAS PROPOSTAS:

As propostas serão abertas às 13h00 do dia 07/01/2025.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:

A sessão eletrônica iniciar-se-á às 14h00 do dia 07/01/2025.

Portal: www.portalserratalhada.com.br.

Todas as referências de tempo do edital e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF.

1 – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Prestação de Serviços de Transporte Professores**.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a proposta do CONTRATADO e eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos for de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os lotes que os compõem.

2 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, observadas as condições deste Edital.

2.2. Os interessados deverão, além de atender as demais exigências constantes neste edital e seus



anexos, estar devidamente credenciados e de posse de sua senha pessoal e intransferível, obtida após os procedimentos descritos no item 3 deste edital.

2.3. Não poderão participar os interessados que se encontrem com falência decretada, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que estejam sob os efeitos da Declaração de Inidoneidade ou de Suspensão do direito de licitar e contratar com a esfera de governo municipal.

2.3.1. Fica autorizada a participação de empresa que se encontre em recuperação judicial mediante a apresentação do plano de recuperação já homologado e em vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira.

2.4. Os interessados deverão participar do certame através da mesma pessoa jurídica que virá a executar o contrato, ou seja, caso participe como matriz deverá apresentar toda a documentação em nome da matriz, caso participe como filial deverá fazê-lo em nome da filial. Fica vedada a execução do contrato por pessoa jurídica diversa daquelas originalmente participantes do certame.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente o licitante que se enquadrar em quaisquer das previsões contidas no artigo 14, incisos I ao VI, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.3. Não será permitida a participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

2.6.4. Também fica vedado a participação de corretores ou administradores de seguros, Acórdão 600/2015 TCU – PLENÁRIO

2.6.5. Esta licitação será realizada em sessão pública online, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo

2.6.6. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação/Pregoeiro em contrário

2.6.7. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

a) Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ. Oportunamente a licitante poderá apresentar as certidões de regularidade centralizadas junto à matriz, desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento, expedido pelo respectivo emissor, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais;

b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

3 – CADASTRO PRÉVIO DOS LICITANTES



3.1. A participação no presente Pregão Eletrônico se dará mediante realização de sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema PORTAL DE COMPRAS, disponível no endereço eletrônico: www.portalserratalhada.com.br

3.2. Os interessados deverão acessar o PORTAL DE COMPRAS da Prefeitura de Serra Talhada - PE para na plataforma da www.portalserratalhada.com.br se cadastrar previamente como FORNECEDOR, inscrição que deverá ocorrer em até 02 (dois) dias úteis anteriores ao horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas.

3.2.1. Havendo necessidade de contato com a BR CONECTADO para pagamento, liberação de acesso e suporte ao uso da plataforma, realizar contato via telefone: (081) 3877-1397 e / ou e-mails: comercial@brconectado.com.br; boletos@brconectado.com.br.

3.3. Para obter acesso aos serviços do PORTAL DE COMPRAS da Prefeitura de Serra Talhada - PE:

3.3.1. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará à BR CONECTADO, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante TABELA DE PREÇOS com valores por plano de acesso, informados na página do CADASTRO DO FORNECEDOR;

3.3.2. Deverão ser preenchidas as informações dos campos para a identificação da Pessoa Jurídica ou Pessoa Física com os respectivos dados, fornecida a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento acompanhado dos seguintes documentos:

a) Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório do Serviço de Registro Civil e Títulos e Documentos, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;

b) Demais documentos exigíveis pelo PORTAL DE COMPRAS / BR CONECTADO.

3.4. O acesso do Licitante ao Pregão Eletrônico, para efeito de encaminhamento dos documentos de habilitação nos termos do item 10.2 deste Edital, encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de login e senha privativa pela BR CONECTADO.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5.1. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,



devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.8. Ao enviar PROPOSTA INICIAL o licitante estará declarando que conhece e concorda com todas as regras do Edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que até a data de apresentação da proposta inicial inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, declara também, que não emprega menor de idade, salvo na condição de aprendiz (Art. 7º, inciso XXXIII, da CF).

3.8.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas em lei.

3.9. Para maiores informações sobre a utilização do sistema eletrônico utilizado BR CONECTADO, os interessados podem obter a “Cartilha para Fornecedores” no site www.portalserratalhada.com.br, clicando em “DOWNLOAD: GUIA DO LICITANTE”, ou entrar em contato com o suporte técnico ao uso da plataforma do BR CONECTADO através do telefone: (81) 3877-1397.

4 – RECURSOS FINANCEIROS

4.1. A respectiva contratação será atendida pela dotação orçamentária nº Órgão: Poder Executivo Municipal
12.361.1201.2362-3390.39.00

5 – INSTRUÇÕES PARA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. O edital da presente licitação poderá ser adquirido pelo interessado pela Internet, diretamente nos seguintes endereços eletrônicos: **www.portalserratalhada.com.br** (onde haverá o direcionamento à respectiva página para download).

5.2. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e/ou impugnar o ato convocatório do pregão na forma eletrônica.

5.2.1. Ao Setor de Licitações de Serra Talhada - PE responderá aos pedidos de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos ANEXOS na própria plataforma www.portalserratalhada.com.br ou através do email cplserratalhada2023@gmail.com e cplserratalhada2025@gmail.com

5.3. A solicitação de esclarecimentos e a apresentação de impugnação contra o presente edital deverão ser enviadas pelo sistema: www.portalserratalhada.com.br e através do e-mail cplserratalhada2023@gmail.com e cplserratalhada@serratalhada.pe.gov.br

5.3.1. As respostas serão divulgadas nos sites www.portalserratalhada.com.br, cabendo aos licitantes a obrigação de verificar o mesmo antes de apresentarem suas propostas.

5.3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

5.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida nova data para a realização do certame, com comunicação aos licitantes através de publicação nos mesmos termos verificados no edital,



exceto se tal acolhimento não ensejar alteração ou prejuízo à formação das propostas.

5.5. Em caso de não solicitação pelas proponentes de esclarecimentos e informações ou de impugnação ao edital, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos.

5.6. Contato: Setor de Licitações da Prefeitura de Serra Talhada - PE, situado à Informações: Segunda a Sexta – feira, de 08:00 às 13:00h. Rua Agostinho Nunes de Magalhães, 125, Nossa Senhora da Penha, Serra Talhada – PE.

6 – ENVIO DE PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

6.1. No presente Pregão Eletrônico, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, e de julgamento.

6.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, a PROPOSTA com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e deves conter:

- a) Razão Social;
- b) CNPJ;
- c) Endereço completo, inclusive com o CEP;
- d) Números de telefone, fax, e-mail e homepage (se existentes);
- e) Dados da pessoa de contato (nome, RG, CPF, telefones fixo e móvel, e-mail);
- f) Dados bancários para pagamento (banco, agência, operação e conta);
- g) Dados do Responsável Legal que assinaria o contrato (nome, RG e CPF);
- h) Identificação do objeto;
- i) Preços unitário e total (global);
- j) Prazo de execução do objeto, conforme estabelecido no Termo de Referência;
- k) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data-limite prevista para entrega das propostas

6.3. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4. A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema, ao cadastrar a sua proposta, que:

6.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

6.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.



6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, equiparadas, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.6. A falsidade das declarações de que trata o item 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.11. A proposta adequada enviada após o término da etapa competitiva conforme item 8.7 do Edital, prevalecerá sobre a proposta inicial descrita no item 6.2.

6.12. O encaminhamento da proposta pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital e seus anexos.

6.12.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.12.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.12.3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.13. O licitante não poderá se identificar no preenchimento da proposta, sob pena de ter sua proposta DESCLASSIFICADA.



6.14. Na proposta formulada e ofertada deverá estar expresso:

- a)** Valor unitário e global dos lotes propostos e demais especificações;
- b)** Prazo de validade da proposta, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da data da sessão pública do Pregão;
- c)** Prazo de entrega/serviço do bem e condições de pagamento.

6.15. No preço proposto deverão também estar contemplados todos os custos diretos e indiretos por ventura decorrentes ou de qualquer outra forma relacionados com o objeto da presente licitação tais como: impostos, taxas, fretes, materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, encargos, entre outros.

6.15.1. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.16. No ato do cadastramento da proposta eletrônica no sistema, o licitante deverá declarar em campo próprio o tipo de enquadramento de porte de sua empresa (Micro Empresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP, Cooperativa - COOP, ou Outras Empresas - OE).

6.17. Após a abertura do pregão não será admitido o cancelamento de eventual proposta enviada.

6.18. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.18.1. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

GARANTIA DA PROPOSTA

6.19. Para a presente proposta não será exigida garantia.

7 – ABERTURA DA SESSÃO E DAS PROPOSTAS

7.1. No dia e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital será realizada a abertura das propostas, passando o Agente de Contratação/Pregoeiro administrativamente designado a avaliar a sua aceitabilidade, sempre de acordo com o teor deste edital e seus anexos, bem como dos diplomas legais antes mencionados.

7.2. Serão desclassificadas as propostas:

- a)** Que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação, incluindo seus anexos;
- b)** Que não cumpra as exigências do item 6 e subitens, deste Edital;



- c) Que estiverem em desacordo com o ANEXO I;
- d) Que ofereçam preços ou vantagens baseados nas ofertas dos demais licitantes;
- e) Com oferta de preços em patamares manifestamente inexequíveis;
- f) Que identifiquem o licitante.

7.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8 – ETAPA COMPETITIVA

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública pelo Agente de Contratação/Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.1.2. Para ter acesso à etapa competitiva, os licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

8.1.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.1.4. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

8.2. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas, consoante dispõe o Decreto Federal nº 10.024/2019 e Portaria Municipal SGAF nº 023/2019.

8.3. A sessão de lances será gerenciada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro e disputado simultaneamente os lotes 01 e 02.

8.3.1. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.4. Na classificação das propostas será levado em conta o menor preço global proposto por lote, devendo ser respeitado(s) o(s) preço(s) máximo(s) unitário(s) constante(s) no Anexo I.

8.4.1. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.5. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



8.5.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.5.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.6. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.6.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.6.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.7. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.8.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.8.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida no item 8.8 e subitem 8.8.1, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.9. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro, em até 10 (dez) minutos, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.10. Durante a sessão pública, os licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, conhecer valor e horário do menor lance registrado, não sendo identificado, entretanto, o detentor de cada lance.

8.11. É vedado aos licitantes estabelecer comunicações entre si através de “chat” do sistema, em qualquer fase da licitação, podendo o Agente de Contratação/Pregoeiro, justificadamente, proceder à desclassificação das propostas dos licitantes que assim procederem.

8.12. No caso de desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos.

8.12.1. O Agente de Contratação/Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.12.2. Quando a desconexão do Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes,



no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.13. Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

8.13.1. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.14. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

8.15. Após a etapa de envio de lances ou caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte haverá a aplicação dos critérios de sorteio previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.16.1. Na ocorrência de empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.16.1.1. A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.16.1.2. Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.16.1.1 na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito;

8.16.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados por ME ou EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.16.1.1, será realizado sorteio eletrônico entre as mesmas, pelo próprio sistema, definindo e convocando automaticamente a vencedora para, caso queira, encaminhar uma melhor proposta.

8.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação/Pregoeiro DEVERÁ encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.17.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.17.2. Havendo contraproposta aceita, o Agente de Contratação/Pregoeiro detalhará seu valor no sistema.

8.18. O Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, através do www.portalserratalhada.com.br e através do e-mail cplserratalhada2023@gmail.com e cplserratalhada@serratalhada.pe.gov.br no campo referente à inclusão de anexos da proposta, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação



daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.19. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 – DO ENCAMINHAMENTO E JULGAMENTO DA PROPOSTA PRIMEIRA CLASSIFICADA

9.1. Encerrada a fase de recebimento de lances, avaliada a aceitabilidade do preço do primeiro classificado, decidido motivadamente a respeito, passa-se para a verificação da perfeita consonância da proposta apresentada, preferencialmente formulada em papel timbrado do licitante, rubricada e assinada por representante legal da empresa, com as especificações e condições do edital.

9.2. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.4.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.4.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.8. No julgamento das propostas, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.8.1. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências



julgadas necessárias à análise das propostas, devendo o licitante atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

9.9. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, após solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro no sistema eletrônico e email www.portalserratalhada.com.br e através do e-mail cplserratalhada2023@gmail.com e cplserratalhada@serratalhada.pe.gov.br.

9.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.10. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá utilizar-se de auxílio da área técnica requisitante para, baseado em parecer técnico motivado e conclusivo, julgar a proposta no que diz respeito às especificações técnicas e aos parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

9.11. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão eletrônico constarão de ata divulgada no respectivo sistema, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas nas legislações pertinentes.

9.12. Será desclassificada a proposta declarada vencedora que:

9.12.1. Contiver vícios insanáveis;

9.12.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.12.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.12.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.12.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

9.13. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.13.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Pregoeiro, que comprove:

9.13.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.13.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.14. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



9.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.16. Após a verificação da conformidade da proposta com os termos do edital, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da habilitação.

10 – HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Projeto Básico / Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. No julgamento da habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

10.1.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro, na fase de habilitação, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

10.1.2.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência registrada em ata.

10.2. Conforme disposto no item 3.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

10.2.1. Habilitação jurídica:

10.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:



inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.2.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.2.1.8 No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006 e da Lei Complementar estadual n. 303/2022: certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;

10.2.1.9 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme dispõe o art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 147/2014;

10.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

10.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.2.3. Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal www.caixa.gov.br ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;

10.2.2.4. Prova de Regularidade relativa Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, seguridade social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; expedida nos sites www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br. Conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1.751, de 2 de outubro de 2014;

10.2.2.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

10.2.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho www.tst.jus.br/certidao, conforme Lei n.º 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;

10.2.2.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante

10.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:



10.2.3.1. Pessoa jurídica, apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.2.3.2. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.2.3.3 Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais conforme o inciso I do artigo 69 da Lei n. 14.133/2021.

10.2.3.3.1) O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será a data limite definida pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.2.3.3.2) As demonstrações contábeis exigidas limitar-se-ão ao último exercício no caso de a licitante ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.2.3.3.3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1. Sociedade Anônima (S/A):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

Obs. As Demonstrações Contábeis compreendem: DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) ou DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa).

2. Sociedades de Responsabilidade Limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou
- Por fotocópia do Balanço e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

Obs. A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

3. Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte 'SIMPLES':

- Por fotocópia do Balanço Patrimonial e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

Obs. A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

4. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

5. Entidades sem fins lucrativos:

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado em cartório ou na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme caso, ou
- Por fotocópia do Balanço e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado em cartório ou na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme o caso.

Obs. A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício)

10.2.3.3.4 A documentação contábil apresentada deverá comprovar a sua efetiva escrituração perante o órgão competente, na forma e nos termos exigidos pela normatização pertinente.

10.2.3.3.5 As empresas participantes do processo licitatório que estiverem legalmente obrigadas ao envio de seus registros contábeis através do SPED CONTÁBIL, poderão apresentar cópias do balanço patrimonial



e demonstração do resultado do exercício, emitidos do SPED, juntamente com o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital;

10.2.3.3.6 As empresas participantes do processo licitatório que estiverem legalmente obrigadas ao envio de seus registros contábeis através do SPED CONTÁBIL, deverão, em fase de diligência realizada pela Agente de Contratação/Pregoeiro/Agente de Contratação, comprovar que as informações contábeis registradas no órgão competente condizem com aquelas apresentadas à Receita Federal, através da apresentação das cópias do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício emitidos do SPED, juntamente com o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital;

10.2.3.3.7 Se NÃO legalmente obrigada ao envio de seus registros contábeis por meio do SPED CONTÁBIL e que não estão sujeitas ao regime de tributação do Simples Nacional, poderão apresentar uma declaração que especifique o motivo de sua dispensa, assinado pelo titular ou representante legal da empresa e pelo contador. Estas empresas deverão apresentar as demonstrações;

10.2.3.3.8 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade-CRC;

10.2.3.3.9 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.2.3.3.10 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

10.2.3.3.11 Caso o licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico financeira para todos os lotes/itens em que seja classificado provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração definir, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais o licitante será habilitado.

10.2.4. Qualificação Técnica:

10.2.4.1. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s).

10.2.6. Declaração, expressa e sob as penas da lei (ANEXO II), de que:

- a)** A empresa não está impedida de contratar com a esfera de governo municipal;
- b)** Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
- c)** Não existe fato impeditivo à habilitação da empresa;
- d)** A empresa não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- e)** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV e do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f)** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g)** A empresa está em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis.
- h)** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua



entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

i) A empresa está ciente de que não poderá, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Prefeitura, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de Vereadores.

j) A empresa está ciente que deve seguir os padrões de segurança adequados ao uso de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

k) A empresa está ciente que deve utilizar, sempre que aplicável, ações que fomentem o desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem, nos termos da Lei Municipal nº 10.713/23.

10.2.7. Após a entrega/anexoado ao sistema dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.2.8. Os documentos solicitados para participação nesta licitação quando não encaminhados em seus originais poderão ser validamente apresentados, por meio de publicação realizada em órgão da imprensa oficial ou, ainda, por cópia simples quando a confirmação do seu teor puder ser feita pela Administração junto aos órgãos públicos emitentes, via "Internet".

10.2.9. Não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazos de validade vencidos. No caso das certidões, quando não consignar o prazo de validade, serão consideradas válidas as expedidas com data não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

10.2.10.1. Ao documento que devido a sua natureza seja exigida a condição de inscrição regular, ativa, ou outra, como prova de eficácia e da sua existência de fato e de direito, não se aplica prazo de validade.

10.2.10. Para usufruir do tratamento diferenciado e favorecido as ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente restrição, sendo-lhes assegurado prazo para regularização conforme previsão contida na Lei Complementar Federal nº 123, devidamente atualizada.

10.2.11.1. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.2.11. Considerando a Instrução Normativa RFB Nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022, referente à regularidade dos licitantes relativamente ao CNPJ, como condição de sua habilitação, será confirmada pela Administração nos termos da Instrução antes mencionada, devidamente atualizada.

10.2.12. Os licitantes que não apresentarem os documentos exigidos neste edital ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou com a validade expirada, serão considerados inabilitados.



10.2.13. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.2.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.2.15. Habilitação Micro Empreendedor Individual MEI

a) Da Habilitação Jurídica:

a.1) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

a.2) Cópia de Documento oficial com foto do titular do MEI);

b) Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

b.1) Cópia do Cartão de inscrição no CNPJ/MF;

b.2) Prova de regularidade fiscal junto a Fazenda Municipal de seu domicílio;

b.3) Prova de regularidade fiscal junto a Fazenda Estadual de seu domicílio;

b.4) Prova de regularidade fiscal junto a Fazenda Federal de seu domicílio;

b.5) Prova de regularidade fiscal junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

b.6) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho – CNDT

b.7) Recibo de entrega da Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN SIMEI). 02 (dois) últimos anos;

b.8) Certidão negativa de feitos sobre Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

c) Das Declarações:

c.1) Declaração emitida pela licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.

c.2) Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e da conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

c.3) Declaração de inexistência de fatos superveniente Impeditivo da habilitação, apresentada em papel timbrado da empresa, firmada pelo responsável legal, Anexo VII deste Edital.

11 – INSTRUÇÕES E NORMAS INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante, inclusive aquele desclassificado na fase de abertura de propostas, poderá, no prazo de 30 (trinta) minutos, SOB PENA DE PRECLUSÃO, em campo próprio do sistema, de forma motivada, manifestar sua INTENÇÃO DE RECORRER.

11.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de



2021.

11.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. A apresentação de razões e contrarrazões de recurso, poderá ser enviada através www.portalserratalhada.com.br e dos e-mail cplserratalhada2023@gmail.com e cplserratalhada@serratalhada.pe.gov.br ou protocolada diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura de Serra Talhada - PE, situado à Informações: Segunda a Sexta – feira, de 08:00 às 13:00h. Rua Agostinho Nunes de Magalhães, 125, Nossa Senhora da Penha, Serra Talhada – PE.

11.8. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura de Serra Talhada - PE, situado à Informações: Segunda a Sexta – feira, de 08:00 às 13:00h. Rua Agostinho Nunes de Magalhães, 125, Nossa Senhora da Penha, Serra Talhada – PE

12 – ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13- AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

13.1. Depois de homologado o resultado desta licitação, a Prefeitura de Serra Talhada - PE convocará a(s) empresa(s) adjudicatária(s), via e-mail ou outro meio hábil, para num prazo de até 05 (cinco) dias contados do recebimento da notificação, assinar a respectiva Autorização de Fornecimento,



sob a pena de decair do direito de fornecer, sem prejuízo das sanções previstas no art. Art. 90, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Municipalidade.

13.3. É facultado ao Município, quando a convocada não apresentar situação regular no ato de assinatura da Autorização de Fornecimento, não assinar a Autorização de Fornecimento no prazo e condições estabelecidas ou ainda quando a Prefeitura de Serra Talhada - PE rescindir a Autorização de Fornecimento por inadimplência, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.4. A Secretaria requisitante é o órgão credenciado pelo Município de Serra Talhada - PE, para vistoriar a execução, o recebimento do objeto correspondente a Autorização de Fornecimento, a prestar toda a assistência e a orientação que se fizerem necessárias.

13.5. Toda e qualquer alteração que se fizer necessário ao contrato ou Autorização de Fornecimento (AF), deverá ser formalizado através de competente termo aditivo.

13.6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento respectiva, durante a execução do mesmo, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas no edital.

13.6.1. Na assinatura da Autorização de Fornecimento, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.7. Quando o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato ou emissão da Autorização de Fornecimento (AF), será convocado outro licitante, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observada a ordem de classificação nos termos do disposto por este edital.

14 – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

14.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais.

15– DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

15.1. Independentemente de interpelação judicial, a Autorização de Fornecimento poderá ser rescindida nas hipóteses previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021, art. 137.

16– DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

16.1. São obrigações do CONTRATANTE:

16.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

16.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

16.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções



verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

16.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

16.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

16.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

16.1.7. Cientificar a Secretaria de Apoio Jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.

17– DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

17.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes na Autorização de Fornecimento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

17.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou chefe do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

17.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

17.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

17.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

18– DA EXECUÇÃO

18.1. O licitante vencedor deverá efetuar as entregas objeto desta licitação, por sua conta e risco, nas condições ofertadas, que deverão, todavia, observar as determinações específicas contidas no TERMO DE REFERÊNCIA, mediante Autorização de Fornecimento, por escrito, emitida pelo órgão competente do Município de Serra Talhada - PE.

18.2. Os fornecimentos objeto deste Edital, deverão ser executados nos termos dos



ANEXOS I e IV.

18.2.1. Os fornecimentos de forma discrepante com o objeto contratado através da presente licitação deverão ser refeitos / corrigidos / trocados de conformidade com o determinado pela fiscalização imediatamente ao recebimento da notificação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e previstas em lei e no Instrumento Contratual.

18.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

18.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanecerá a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

18.5. A subcontratação dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbirá avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

18.6. O CONTRATADO apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica e de habilitação nos termos dos arts 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, do Subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

19– DO RECEBIMENTO

19.1 O serviço será recebido em conformidade com o Termo de Referência – Anexo Único do Instrumento Contratual (AF).

19.2 Os serviços executado serão atestados mensalmente, contado do recebimento do objeto na sede da contratante pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, se não houver, antes disso, qualquer comunicado por parte da Prefeitura de Serra Talhada - PE.

19.3 Na hipótese da não aceitação do serviço, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA das irregularidades e registrará o fato, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível, indicando as razões da não aceitação.

19.3.1 Os serviços na sua execução poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.4 A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto e estar em conformidade com os termos, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, se o caso.

19.4.1 O não atendimento da prescrição acima sujeita o licitante à recusa dos Serviços, bem como às demais sanções legais e contratuais cabíveis.

19.5 Não será aceito preço divergente do constante na Autorização de Fornecimento e proposta vencedora.

19.6 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o bem em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções cabendo à fiscalização não atestar o Recebimento Definitivo até que sejam sanadas todas as eventuais pendências



que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

19.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do Contratado pela qualidade e garantia do objeto.

20– DA FISCALIZAÇÃO

20.1A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

20.2 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da(s) entrega(s) do objeto, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

20.3 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

20.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

21– DOS REAJUSTES

21.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

21.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPC FIPE, observadas as regras estabelecidas na Lei Federal nº 10.192/2001, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, sendo adotada a seguinte fórmula:

$$R = Po \cdot \left[\left(\frac{IPC}{IPCo} \right) - 1 \right]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

Po = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços, ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPC/IPCo = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

21.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

21.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



21.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

21.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

21.9 Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada devidamente instruídas e endereçadas à Divisão de Contratos da Secretaria responsável pela contratação. A contratada poderá exercer, perante a Municipalidade, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até 30 (trinta) dias antes de completar a anualidade prevista no item 22.2.

21.9.1 Caso a Contratada não efetue de forma tempestiva o requerimento ao reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar, entendido este ato como renúncia ao direito de reajuste por parte da Contratada.

22– DOS PAGAMENTOS

22.1. Os pagamentos devidos serão feitos em 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento definitivo dos materiais/serviços e respectiva nota fiscal/fatura devidamente assinada pela Secretaria requisitante.

22.2. Nas hipóteses em que seja obrigatória a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme previsto na Secretaria da Fazenda, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, a mesma deverá ser encaminhada para o e-mail constante do ANEXO I do presente edital.

22.3. Os pagamentos deverão ocorrer através de crédito em conta corrente, devendo a Contratada indicar o banco para recebimento, preferencialmente um dos seguintes bancos: Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal.

22.4. Aplica-se a contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelos Decreto Municipal, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda - IR por parte da Administração Pública Municipal. O pagamento fora do prazo estabelecido sujeitará ao Município à multa de 1% (um por cento) em favor da CONTRATADA, além dos juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, e atualização monetária, conforme o índice IPC FIPE.

23

– SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

23.1.1. Deixar de entregar/anexar ao sistema a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Pregoeiro/a durante o certame;

23.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

23.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a



negociação;

23.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

23.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou

23.1.2.4. Deixar de apresentar amostra quando for o caso;

23.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

23.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

23.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

23.1.5. Fraudar a licitação;

23.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

23.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

23.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

23.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

23.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

23.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

23.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

23.2.1. Advertência;

23.2.2. Multa;

23.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

23.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



- 23.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 23.3.2.** As peculiaridades do caso concreto
- 23.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 23.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 23.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 23.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 23.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 24.4.2. Para as infrações previstas nos itens 24.1.4, 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7 e 24.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 23.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 23.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 23.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 23.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 24.1.4, 24.1.5, 24.1.6, 24.1.7 e 24.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 24.1.1, 24.1.2 e 24.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 23.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 24.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação da Prefeitura de Serra Talhada - PE - SP.
- 23.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 23.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência,



multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

23.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

23.15. O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres do Município de Serra Talhada - PE, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua notificação, mediante guia de recolhimento oficial.

24

– DOS ANEXOS

24.1. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes ANEXOS:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Termo de Declaração.

ANEXO III – Modelo de Declaração para Empresas ME/EPP.

ANEXO IV – Condições de Fornecimento.

ANEXO V – Dados para Assinatura da Autorização de Fornecimento.

ANEXO VI – Termo de Compromisso de Cumprimento do Tratamento de Dados Pessoais

ANEXO VII – Termo de Ciência e de Notificação do Município de Serra Talhada - PE.

24.2. O Edital e seus Anexos estão disponíveis na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e divulgados no sítio eletrônico oficial (www.sjc.sp.gov.br) na mesma data de divulgação do Edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

25

– DA PUBLICIDADE

25.1. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo facultada, a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial desta Prefeitura de Serra Talhada - PE.

25.2. Sem prejuízo do disposto no item 26.1, o edital será publicado no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local e, facultativamente, por meios eletrônicos, em jornal de grande circulação no âmbito estadual e/ou nacional.

25.2.1. A interposição de eventuais recursos e seus julgamentos e a homologação serão publicados no Diário Oficial do Estado e, facultativamente, por meios eletrônicos.

25.3. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no item 26.1, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.



26.1. O Município de Serra Talhada - PE no atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, sempre que aplicável, realiza o tratamento de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018.

26.1.1. Nas hipóteses em que no exercício de suas competências seja necessário o tratamento de dados pessoais, serão fornecidas informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em anexo deste Edital.

26.1.2. Os itens expressos neste Edital que fazem referência aos direitos e princípios expressos na Lei nº 13.709/2018, não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria.

26.1.3. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal n. 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento).

Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins; Eventualmente, as partes podem ajustar que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes desta alínea;

d) Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação com a CONTRATANTE;

e) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal n. 13.709/2018.

26.1.4. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

26.1.5. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.



26.1.6. A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal n. 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

26.1.7. A CONTRATADA deverá informar imediatamente o CONTRATANTE quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas do CONTRATANTE ou conforme exigido pela Lei Federal n. 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

26.1.8. O “Encarregado” da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, no prazo de até vinte e quatro horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

26.1.9. A critério do Encarregado do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

26.1.10. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal n. 13.709/2018.

26.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.3. A aceitação da proposta vencedora pelo Município obriga o seu proponente à execução integral do objeto desta licitação, pelo preço e condições oferecidas, não cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão.

26.4. Pela elaboração e apresentação da proposta e Documentação, as empresas não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie. O licitante vencedor da presente licitação fica obrigado a executar integralmente a prestação dos serviços, ora licitados.

26.5. O licitante vencedor se obriga, quando aplicável, a prestar, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, a garantia relativa ao objeto nos termos estabelecidos no Anexo I.

26.6. Ao apresentar suas propostas, os licitantes concordam em assumir inteira responsabilidade pela perfeita execução dos serviços.

26.6.1. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas.

26.6.2. A Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.6.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



26.7. A simples apresentação das propostas pelas empresas implica aceitação tácita de todos os termos deste Edital e seus anexos.

26.7.1. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.7.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.7.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.8. A Administração poderá solicitar, de qualquer licitante, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e atendimento da Documentação ou Proposta apresentada.

26.9. O licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à Administração quando solicitados eventualmente neste sentido, será automaticamente excluído da presente licitação.

26.10. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, podendo também anulá-la, sem que caibam os licitantes o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso.

26.11. Não será permitida a execução dos serviços objeto licitado sem que o órgão competente do Município de Serra Talhada - PE emita, previamente, a respectiva ORDEM DE SERVIÇO.

26.12. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, ainda que criados em momento posterior a presente licitação.

26.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.14. Para todas as questões suscitadas na execução dos serviços, não resolvidas administrativamente e que não puderam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei 14.133/2021, o foro será o da Comarca de Serra Talhada - PE, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

26.15. O Município de Serra Talhada - PE mantém um serviço sigiloso de denúncias de corrupção e atos considerados arbitrários ou ímprobos por parte de qualquer autoridade e servidor municipal pelo e-mail: cplserratalhada2023@gmail.com e cplserratalhada@serratalhada.pe.gov.br

26.16. Para conhecimento público, expede-se o presente Edital, que é publicado conforme item 26 e afixado no endereço eletrônico: www.portalserratalhada.com.br

Serra Talhada - PE, 13 de dezembro de 2024.



José Edmar Bezerra Júnior
Secretaria de Educação
Gestora do Fundo de Educação



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Este Termo de Referência tem como objeto: contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de transporte de professores, para atender as necessidades da rede municipal de ensino.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação pretendida é necessária: Considerando que a Educação é um direito de todos, assegurado pela Constituição Federal de 1988; Considerando a competência atribuída aos municípios pela Lei nº 9.394/96, art. 11, inciso V, e dos princípios que norteiam a Educação Nacional;

Considerando a necessidade de locomoção dos professores aos locais, os quais irão lecionar.

2.2. Desta forma, justifica-se a necessidade da contratação de empresa para prestação serviços de transporte de professores, para atender as necessidades da rede municipal de ensino, no âmbito do Município de Serra Talhada.

3.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 3.2. Executar o serviço ajustado nos termos do instrumento de contrato.
- 3.3. Utilizar na execução do serviço contratado, pessoal devidamente qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
- 3.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações pactuadas no termo contrato;
- 3.5. Atender satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais, o objeto contratado;
- 3.6. Prestar o serviço objeto deste contrato sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato;
- 3.7. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de prestação dos serviços;
- 3.8. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas à licitação, conforme determina a Lei. 14.133/21;
- 3.9. Manter o veículo com a documentação em dia e em condições de circulação, de acordo com a legislação de trânsito em vigor;
- 3.10. Arcar com as multas decorrentes de irregularidades fiscais e documentais do veículo, bem como as multas relacionadas às infrações de trânsito;
- 3.11. Possuir sede ou filial com capacidade administrativa e operacional no Município de Serra Talhada/PE, caso não possua sede a empresa terá um prazo de 30 (trinta) dias para se estabelecer no Município. No que permitirá perfeita execução dos serviços, concernente às substituições, manutenções e outros, dentro do prazo máximo estabelecido;
- 3.12. Arcar com as despesas e encargos de qualquer natureza com o seu pessoal, necessários à execução do contrato, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal de acidente de trabalho, e outras;
- 3.13. Responder às ações e/ou reclamações argüidas por terceiros contra a CONTRATANTE, e arcar com o ônus decorrente, por prejuízos, desde que leves ou graves, ou originados diretamente de causas imputadas aos veículos, excluídas as ações decorrentes de danos indiretos, às quais, comprovadamente, não tiver dado causa;
- 3.14. Arcar com todos os custos relativos a combustível, reparos, pneus, limpeza, e os que não caracterizem manutenção;
- 3.15. Efetuar pontual e continuamente o pagamento a empregado(s), inclusive das obrigações previdenciárias, fiscais, trabalhistas, e demais decorrentes do vínculo empregatício que mantenha.

3.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.2.1. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- 3.2.2. Homologar reajustes e proceder a revisão dos valores na forma da lei, das normas pertinentes e deste contrato;
- 3.2.3. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do presente termo; zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos professores, que serão cientificados, em até



08 (oito) dias, das providências tomadas pelo Contratante;

3.2.4. Exigir o cumprimento do objeto deste processo, segundo suas especificações, prazos e demais condições;

3.2.5. Acompanhar o andamento da prestação do serviço e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada;

3.2.6. Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do serviço objeto deste termo;

3.2.7. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste Termo;

3.2.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste termo de referência e dos termos de sua proposta;

3.2.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do serviço, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; determinando à CONTRATADA as correções que julgar oportunas, para melhoria do mesmo, na forma da Lei 8.666/93.

3.2.10. Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

3.2.11 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

4. PREÇO ESTIMADO

4.1. O valor máximo previsto das despesas com a presente aquisição está estimado em R\$ R\$ 198.377,64 (cento e noventa e oito mil trezentos e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) Perfazendo um Valor Global R\$ 2.182.154,04 (dois milhões cento e oitenta e dois mil cento e cinquenta e quatro reais e quatro centavos) estimados para 11 (onze) meses

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa decorrente da aquisição dos materiais objeto deste procedimento licitatório correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias: 12.361.1201.2362-3390.39.00.

5. VIGENCIA

6.1. O prazo dos serviços será até 31 de dezembro de 2025.

6. PAGAMENTO

a. Os pagamentos serão realizados mediante apresentação da Nota Fiscal do objeto contratual efetivamente entregues, em conformidade com boletim de medição e atestado da pessoa de Joelma Cavalcante Leite, Diretora de Transporte Escolar.

7. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:



Rotas em anexo.

TRANSPORTE DE PROFESSORES / 2025										
LOTE	PERCURSO						PREÇO UNITÁRIO (R\$)		PREÇO A PAGAR	
	CONSTANTE NA PROPOSTA DA EMPRESA			CONTRATADA			COMPOSTO			
	DESCRIÇÃO (percurso)	TURNO	Não Pavimentada	Pavimentada	TOTAL KM DIA	EXTENSÃO TOTAL KM MÊS(20d)	DIÁRIA	VALOR KM (dia)		DIAS TRABALHADOS
1	SERRA TALHADA / PA	M/T	18,0	25,0	43,0	860,0	490,93	11,42	20	R\$ 9.818,80
2	SERRA TALHADA / SANTA RITA	M	0,0	60,0	60,0	1.200,0	528,09	8,80	20	R\$ 10.581,77
3	SERRA TALHADA / SANTA RITA	T	0,0	60,0	60,0	1.200,0	528,09	8,80	20	R\$ 10.581,77
4	SERRA TALHADA / BERNARDO VIEIRA	T	0,0	90,0	90,0	1.800,0	620,79	6,90	20	R\$ 12.415,76
5	SERRA TALHADA / VARZINHA	M/T	0,0	110,0	110,0	2.200,0	685,27	6,23	20	R\$ 13.705,32
6	SERRA TALHADA / TAUAPIRANGA	T	18,0	42,0	60,0	1.200,0	543,46	9,06	20	R\$ 10.869,19
7	SERRA TALHADA / AGUA BRANCA	INTEGRAL	14,0	60,0	74,0	1.480,0	558,92	7,55	20	R\$ 11.178,38
8	SERRA TALHADA / CAIÇARINHA DA PENHA	T	44,0	50,0	94,0	1.880,0	670,72	7,14	20	R\$ 13.414,42
9	SERRA TALHADA / CAIÇARINHA DA PENHA	M	44,0	50,0	94,0	1.880,0	670,72	7,14	20	R\$ 13.414,42
10	SERRA TALHADA / SÃO MIGUEL	M	16,0	65,0	81,0	1.620,0	606,64	7,49	20	R\$ 12.132,82
11	SERRA TALHADA / POÇO DA CERCA	M	16,0	76,0	92,0	1.840,0	640,63	6,96	20	R\$ 12.812,82
12	SERRA TALHADA / ARARAS/ RIACHO DO BODE	M	40,0	36,0	76,0	1.520,0	370,42	4,87	20	R\$ 7.408,32
13	SERRA TALHADA / PAUS BRANCO	M	50,0	15,0	65,0	1.300,0	359,94	5,54	20	R\$ 7.198,71
14	SERRA TALHADA / MALHADA DO JUA	M/T	16,0	40,0	56,0	1.120,0	344,21	6,15	20	R\$ 6.884,13
15	SERRA TALHADA / INGAZEIRA / CHOCALHO	M	25,0	52,0	77,0	1.540,0	366,96	4,77	20	R\$ 7.339,26
16	SERRA TALHADA / FAZENDA NOVA	M	0,0	30,0	30,0	600,0	301,01	10,03	20	R\$ 6.020,13
17	SERRA TALHADA / BERNARDO VIEIRA	M	0,0	90,0	90,0	1.800,0	375,23	4,17	20	R\$ 7.504,56
18	SERRA TALHADA / CACIMBINHA	M	20,0	57,0	77,0	1.540,0	362,93	4,71	20	R\$ 7.258,52
19	SERRA TALHADA / TAUAPIRANGA	M	18,0	42,0	60,0	1.200,0	543,46	9,06	20	R\$ 10.869,19
20	SERRA TALHADA / VENEZA / IRAJA	T	0,0	70,0	70,0	1.400,0	350,49	5,01	20	R\$ 7.009,75
					339,0	1.120,0	1.459,0	9.918,88	9.918,88	R\$ 198.377,64

Joelma Cavalcante Leite
Diretora de Transporte Escolar
Port. PMST/GP 139/2021

Serra Talhada – PE, 19 de dezembro de 2025.

Joelma Cavalcante Leite
Secretaria Municipal de Educação
Port. PMST/GP Nº 139



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME / EPP

À

PREFEITURA DE SERRA TALHADA - PE

REF.: **PROCESSO 016/ 2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024**

OBJETO: **Prestação de Serviços de Transporte Professores**

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº, por seu representante legal, o Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº e do CPF nº declara, sob as penas da Lei e sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, que é “Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não existem ocorrências pendentes que possam conduzi-la ao seu desenquadramento dos artigos 42 a 49 da referida Lei, estando, portanto, apta a usufruir dos benefícios da Lei no Pregão Eletrônico nº 085/2024, realizado pela Prefeitura de Serra Talhada - PE.

Por ser a expressão da verdade, eu, representante legal do licitante, firmo a presente.

DATA

ASSINATURA E CARIMBO



PROCESSO Nº 161/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024
ANEXO IV

DADOS PARA ELABORAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

As informações constantes abaixo deverão ser atualizadas, pois serão consideradas para a elaboração da Autorização de Fornecimento (AF).

Tais dados deverão estar de acordo com os que integrarão à respectiva Nota Fiscal, para fins de faturamento.

Seu teor é de exclusiva responsabilidade da empresa licitante.

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:.....

CNPJ:INSC. ESTADUAL:..... INSC. MUNICIPAL:.....

TELEFONE: (....) FAX: (....)

ENDEREÇO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):.....

.....

SÓCIO(S) REPRESENTANTE(S) DA EMPRESA – ADMINISTRAÇÃO:

1 - NOME COMPLETO:
RG (com órgão e estado emissor): CPF:.....
DATA DE NASCIMENTO:/...../.....
E-MAIL PARTICULAR:
E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:

2 - NOME COMPLETO:
RG (com órgão e estado emissor) :..... CPF:
DATA DE NASCIMENTO:/...../.....
E-MAIL PARTICULAR:
E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:

****A não apresentação deste Anexo, não inabilitará o licitante.**



**PROCESSO Nº 161/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024
ANEXO V**

TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

MODALIDADE: PROCESSO 161/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024

CONTRATANTE:CONTRATADO: CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

1.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento).

Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto deste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

Eventualmente, as partes podem ajustar que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes desta alínea;

d) Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação com a CONTRATANTE;

e) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº 13.709/2018.

1.2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

1.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter



dados pessoais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

1.4. A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

1.5. A CONTRATADA deverá informar imediatamente o CONTRATANTE quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas do CONTRATANTE ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

1.6. O “Encarregado” da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, no prazo de até vinte e quatro horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

1.7. A critério do Encarregado do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

1.8. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Obs: O presente termo será solicitado no momento do envio da Autorização de Fornecimento, devendo ser devolvido devidamente preenchido e assinado pelo responsável pela empresa.



**PROCESSO Nº 161/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024**

ANEXO VI

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA - PE
(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

MODALIDADE: PROCESSO 161/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024

CONTRATANTE: CONTRATADO: CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Prestação de Serviços de Transporte Professores

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1 Estamos CIENTES de que:

- a)** O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b)** Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões,
- c)** Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d)** É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a)** O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

-

Cargo:

CPF:



RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:



Assinatura:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo: CPF:

Assinatura:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (Inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)



PROCESSO Nº 161/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024

ANEXO VI – DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

PREFEITURA DE SERRA TALHADA - PE
SECRETARIA DE FINANÇAS

As informações constantes abaixo deverão ser atualizadas, pois serão consideradas para a elaboração do Contrato e Autorização de Fornecimento (AF). Tais dados deverão estar de acordo com os que integrarão à respectiva Nota Fiscal, para fins de faturamento.
Seu teor é de exclusiva responsabilidade da empresa licitante.

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:.....

CNPJ:INSC. ESTADUAL:..... INSC. MUNICIPAL:.....

TELEFONE: (....) FAX: (....)

ENDEREÇO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):.....

.....

SÓCIO(S) REPRESENTANTE(S) DA EMPRESA – ADMINISTRAÇÃO:

1 - NOME COMPLETO:

RG (com órgão e estado emissor): CPF:.....

DATA DE NASCIMENTO:/...../.....

E-MAIL PARTICULAR:

E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:

2 - NOME COMPLETO:

RG (com órgão e estado emissor) :..... CPF:

DATA DE NASCIMENTO:/...../.....

E-MAIL PARTICULAR:

E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:

QUEM ASSINARÁ O CONTRATO:

(Caso não tenha sido comprovado no processo licitatório poderes para assinatura do respectivo contrato, será necessário a apresentação de procuração com poderes específicos para assinar contratos).

NOME COMPLETO:

ESTADO CIVIL: NACIONALIDADE:

CARGO QUE OCUPA NA EMPRESA:

RG (com órgão e estado emissor): CPF:

DATA DE NASCIMENTO:/...../.....

E-MAIL PARTICULAR:

E-MAIL PESSOAL INSTITUCIONAL:

ENDEREÇO / DOMICÍLIO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):

.....

.....



ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 161/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024

(PREGÃO ELETRÔNICO – AQUISIÇÃO)

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA - PE, POR MEIO DO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, COMO CONTRATANTE, E A _____, COMO CONTRATADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PROFESSORES.

O Município de SERRA TALHADA - PE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 10.282.945/0001-05, estabelecida à Rua Agostinho Nunes de Magalhães, 125, Nossa Senhora da Penha, Serra Talhada - PE, através da Secretaria de Educação, CNPJ 14.788.766/0001-97, neste ato representada por José Edmar Bezerra Júnior, brasileiro, casado, maior, professor, residente e domiciliado na Rua Irineu Alves de Magalhães, 975, AABB, Serra Talhada – PE, portado do CPF 890.190.404-72, doravante denominado de CONTRATANTE, e a _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, CEP _____, no Município de _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF nº _____, no final assinado, doravante denominado de **CONTRATADA** têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do Processo nº 161/2024 Pregão Eletrônico nº 085/2024, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações, pelos Decretos Municipais, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a **Prestação de Serviços de Transporte Professores**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo do Edital do PROCESSO Nº 161/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024), na forma abaixo descrita:

ROTA

Parágrafo Único – O objeto do contrato será executado em conformidade ao Termo de Referência, Planilhas e Rotas, com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais, e especiais contidos no PROCESSO Nº 161/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024, no presente contrato, no Edital que deu origem à presente contratação e seus anexos, especialmente, no Termo de Referência, bem como em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE.



CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$(por extenso).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data contados da data de adimplemento da parcela correspondente.

Parágrafo Primeiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão da efetiva execução realizada e aceita, sem que a Secretaria de Educação esteja obrigado(a) a pagar o valor mensal do contrato conforme serviço do objeto.

Parágrafo Segundo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice, calculado por meio da seguinte fórmula: $R = Po [(I-Io)/Io]$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato; Io = índice mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 120 (cento e vinte) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE FORNECIMENTO

A forma de fornecimento dos Serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência do **PROCESSO Nº 161/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024**.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização do Serviço caberá a _____ designada pelo Gestor da Secretaria de Saúde. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.



Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos Serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos Serviços adquiridos, à sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

Parágrafo Primeiro – O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos dos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

I – Executar o Serviço de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência; II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução do objeto deste Contrato;

III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os Serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária ao completo excurção do Serviço;

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Serra Talhada - PE ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Serra Talhada - PE ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o



Município de Serra Talhada - PE ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

VIII – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

IX – cumprir ao longo de toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

X – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato.

XI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XIV – fornecer amostra ou prova de conceito quando exigido pela Administração, no período de vigência deste Contrato, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação;

XV – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, observadas as exigências constantes no ordenamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato e nos anexos editalícios;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo órgão requisitante, na forma do Instrumento Convocatório, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência Anexo do Edital do **PROCESSO Nº 161/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024**.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será executado mensalmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas devidamente fundamentadas no processo administrativo de contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a Secretaria de Educação poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Primeiro – A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplimento parcial da obrigação assumida;
- 3) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e
- 4) 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- 5) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Jornal Oficial do Município de Serra Talhada - PE do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sexto – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Sétimo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.



Parágrafo Oitavo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Nono – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Primeiro – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Décimo Segundo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput desta Cláusula é da competência do(a) [setor competente do órgão ou entidade contratante] e a da alínea “e” é da competência exclusiva do titular da Secretaria de Saúde CONTRATANTE .

Parágrafo Décimo Terceiro – A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Quarto – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- a)** Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;
- b)** Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- c)** Pedido de Reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão



fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VISÉSIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à aquisição dos bens ora contratados correrão à conta da Dotação Orçamentária, 12.361.1201.2362-3390.39.00 ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o Foro de Serra Talhada - PE para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município,



além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Portal e Meios Legais na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em ____/____/2024 em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Serra Talhada - PE,

de

de

.

José Edmar Bezerra Júnior
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Contratada
CNPJ:

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)



COMPOSIÇÕES ROTAS

TRANSPORTE DE PROFESSORES / 2025

PERCURSO										PREÇO UNITÁRIO (R\$)		PREÇO A PAGAR
CONSTANTE NA PROPOSTA DA EMPRESA							COMPOSTO					
CONTRATADA							DIAS TRABALHADOS					
LOTE		DESCRIÇÃO (percurso)	TURNO	Não Pavimentada	Pavimentada	TOTAL KM DIA	EXTENSÃO TOTAL KM Mês(20d)	DIÁRIA	VALOR KM (dia)			
1	SERRA TALHADA / IPA	M/T	18,0	25,0	43,0	860,0	490,93	11,42	20	R\$	9.818,80	
2	SERRA TALHADA / SANTA RITA	M	0,0	60,0	60,0	1.200,0	528,09	8,80	20	R\$	10.561,77	
3	SERRA TALHADA / SANTA RITA	T	0,0	60,0	60,0	1.200,0	528,09	8,80	20	R\$	10.561,77	
4	SERRA TALHADA / BERNARDO VIEIRA	T	0,0	90,0	90,0	1.800,0	620,79	6,90	20	R\$	12.415,76	
5	SERRA TALHADA / VARZINHA	M/T	0,0	110,0	110,0	2.200,0	685,27	6,23	20	R\$	13.705,32	
6	SERRA TALHADA / TAUAPIRANGA	T	18,0	42,0	60,0	1.200,0	543,46	9,06	20	R\$	10.869,19	
7	SERRA TALHADA / AGUA BRANCA	INTEGRAL	14,0	60,0	74,0	1.480,0	558,92	7,55	20	R\$	11.178,38	
8	SERRA TALHADA / CAÇARINHA DA PENHA	T	44,0	50,0	94,0	1.880,0	670,72	7,14	20	R\$	13.414,42	
9	SERRA TALHADA / CAÇARINHA DA PENHA	M	44,0	50,0	94,0	1.880,0	670,72	7,14	20	R\$	13.414,42	
10	SERRA TALHADA / SÃO MIGUEL	M	16,0	65,0	81,0	1.620,0	606,64	7,49	20	R\$	12.132,82	
11	SERRA TALHADA / POÇO DA CERCA	M	16,0	76,0	92,0	1.840,0	640,63	6,96	20	R\$	12.812,62	
12	SERRA TALHADA / ARAÚS/ RIACHO DO BODE	M	40,0	36,0	76,0	1.520,0	370,42	4,87	20	R\$	7.408,32	
13	SERRA TALHADA / PAUS BRANCO	M	50,0	15,0	65,0	1.300,0	359,94	5,54	20	R\$	7.198,71	
14	SERRA TALHADA / MALHADA DO JUA	M/T	16,0	40,0	56,0	1.120,0	344,21	6,15	20	R\$	6.884,13	
15	SERRA TALHADA / INGAZEIRA / CHOICALHO	M	25,0	52,0	77,0	1.540,0	366,96	4,77	20	R\$	7.339,26	
16	SERRA TALHADA / FAZENDA NOVA	M	0,0	30,0	30,0	600,0	301,01	10,03	20	R\$	6.020,13	
17	SERRA TALHADA / BERNARDO VIEIRA	M	0,0	90,0	90,0	1.800,0	375,23	4,17	20	R\$	7.504,56	
18	SERRA TALHADA / CACIMBINHA	M	20,0	57,0	77,0	1.540,0	362,93	4,71	20	R\$	7.258,52	
19	SERRA TALHADA / TAUAPIRANGA	M	18,0	42,0	60,0	1.200,0	543,46	9,06	20	R\$	10.869,19	
20	SERRA TALHADA / VENEZA / IRAJA	T	0,0	70,0	70,0	1.400,0	350,49	5,01	20	R\$	7.009,75	
						339,0	1.120,0	1.459,0	9.918,88	9.918,88	R\$	198.377,64

Joelma Cavalcante Leite
Diretora de Transporte Escolar
Port. PMS/GP 139/2021

[illegible]

Joelma Cavalcante Leite
Diretora de Transporte Escolar
Port. PMST/GP 139/2021

LOCAÇÃO DE VEÍCULO - ROTA INDIRETA-02

Veículo Tipo: micro-ônibus, M, bem: sprinter - 2011

CUSTOS FIXOS			CUSTO VARIÁVEL			
MÃO DE OBRA			PNEUS			
Motorista	Valor	R\$ 3.083,95	Terreno			
	Salário	R\$ 1.916,36	Não Pavimentado		R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
	Encargos Trabalhistas	R\$ 1.167,59	Pavimentado		R\$ 0,00	R\$ 0,00
EQUIPE DE MANUTENÇÃO (apropriado mediante rates)		R\$ 463,59	Custo médio de um pneu 0km		R\$ 0,00	38.462 km
	Mão de Obra Mensal (R\$)	R\$ 3.446,54	Vida útil média pneu 0km		19.231 km	25.000 km
	Valor	R\$ 414,36	Número de pneus		4,00	4,00
DEPRECIAÇÃO		R\$ 414,36	Pneus (R\$/km)		0,05	0,04
Depreciação Médio Mensal	Depreciação Mensal (R\$)	R\$ 414,36	COMBUSTÍVEL			
	Valor	R\$ 414,36	Não Pavimentado		3,08	4,00
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIZADO		R\$ 1.065,00	Pavimentado		6,29	6,29
Remuneração (mensal)	Valor	R\$ 1.065,00	Combustível (R\$/km)		2,04	1,57
LICENCIAMENTO, SEGUROS E TAXAS		R\$ 75,76	PEÇAS E ACESSÓRIOS			
IPVA (apropriado ao longo de 12 meses)	Valor	R\$ 250,00	Não Pavimentado		0,865	0,666
Licenciamento (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 250,00	R\$ 0,00	Pavimentado		0,000001538462	0,000001538462
IDPVAT (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00	R\$ 5,83	Base de Cálculo		R\$ 432.730,04	R\$ 432.730,04
Vitória DETRAN/PE (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 5,83	R\$ 0,00	Coeficiente		0,87	0,67
Seguro de Responsabilidade Civil (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00	R\$ 331,59	LUBRIFICAÇÃO			
Licenciamento Seguros e Taxas Mensal (R\$)	Valor	R\$ 331,59	Não Pavimentado		0,0429	0,0330
	R\$ 91,67	R\$ 250,00	Pavimentado		0,0147	0,0090
CUSTOS FIXOS COMPLEMENTARES		R\$ 250,00	Óleo de motor		0,00040	0,00920
Adesivos	Preço do m² da adesivagem	R\$ 8,80	Óleo de caixa		0,00020	0,0024
	Tamanho (em m²) da adesivagem por veículo	24,00	Fluido de freio		0,00004	0,0008
	Tempo de Amortização	R\$ 59,90	Graxa		0,00003	0,0096
Serviço de Manutenção (valor mensal)	R\$ 20,83	R\$ 99,17	LIMPEZA			
Teclográfico (apropriado ao longo de 24 meses)	R\$ 99,17	R\$ 271,57	Não Pavimentado		100,00	100,00
Apropriação reserva técnica	R\$ 5.629,06	R\$ 21,76%	Pavimentado		500,00	500,00
	R\$ 5.629,06	R\$ 21,76%	Limpieza (R\$/km)		0,20	0,20
	R\$ 6.552,79	R\$ 21,76%	CUSTO QUILOMÉTRICO			
			Não Pavimentado		0,05	0,04
			Pavimentado		0,04	0,04
			Custo Combustível/km		0,87	0,67
			Custo Manutenção/km		0,08	0,06
			Custo Lubrificação/km		0,20	0,20
			Custo Lavagem/km		3,239	2,538
			CUSTO QUILOMÉTRICO (sem BDI)		21,76%	21,76%
			BDI (%)		21,76%	21,76%
			CUSTO QUILOMÉTRICO COM BDI		R\$ 3,04/km	R\$ 3,04/km
			EXTENSÃO TOTAL DA ROTA NO MÊS =			
			DAS		EXTENSÃO DIÁRIA	EXTENSÃO TOTAL MENSAL
			22		22	22
			Não Pavimentada		0,0	0,0
			Pavimentada		80,0	80,0
			CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Não Pav X Custo do Km)			R\$ 0,00
			CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Pav X Custo do Km)			R\$ 3.707,97
			CUSTO FIXO MENSAL (Com BDI) - Que não depende da extensão			R\$ 6.853,79
			CUSTO TOTAL MENSAL (VARIÁVEL (QUILÔMÉTRICO) + FIXO)			R\$ 10.561,77
			CUSTO FINAL do Km percorrido (Considerando o Custo Fixo + o Custo variável) - (R\$/Km)			R\$ 8,00

Joelma Cavalcante Leite
Diretora de Transporte Escolar
Port. PMST/GP 139/2021

Cristina Y. Gutiérrez

EXTENSÃO TOTAL DA ROTA NO MES	
CUSTO TOTAL MENSAL (Quilom	
CUSTO TOTAL MENSAL (Quilom	
CUSTO FIXO MENSAL (com BD	
CUSTO TOTAL MENSAL (varia	
CUSTO FINAL do Km percorrida	

Joelma Castiglione Leite
Diretora de Transporte Escolar
Port. PMST/DP 139/2021

LOCAÇÃO DE VEÍCULO - ROTA INDIRETA-04

CUSTOS FIXOS			CUSTOS VARIÁVEIS			
MÃO DE OBRA		Valor	PNEUS		Terreno	Terreno/Pavimentado
Molotita	Salário	R\$ 3.083,95	Custo médio de um pneu 0km		Não Pavimentado	R\$ 1.000,00
	Encargos Trabalhistas	R\$ 1.916,36	Custo médio da recapagem do pneu			R\$ 0,00
		R\$ 1.167,59	Vida útil média pneu 0km			38.462 km
Equipe de Manutenção (apropriado mediante ruído)		R\$ 462,59	Vida útil média pneu recapado			19.231 km
		Valor	Numero de pneus			4,00
DEPRECIACÃO						
Depreciação Médio Mensal		R\$ 314,36				
	Depreciação Mensal (R\$)	R\$ 414,36				
		Valor				
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIZADO						
		R\$ 1.065,00				
	Remuneração (mensal)	R\$ 1.065,00				
		Valor				
LICENCIAMENTO, SEGUROS E TAXAS						
		R\$ 75,76				
IPVA (apropriado ao longo de 12 meses)		R\$ 250,00				
Licenciamento (apropriado ao longo de 12 meses)		R\$ 0,00				
DPVAT (apropriado ao longo de 12 meses)		R\$ 0,00				
Valor de DETRANPE (apropriado ao longo de 12 meses)		R\$ 5,83				
Seguro de Responsabilidade Civil (apropriado ao longo de 12 meses)		R\$ 0,00				
	Licenciamento, Seguros e Taxas Mensal (R\$)	R\$ 331,59				
		Valor				
CUSTOS FIXOS COMPLEMENTARES						
		R\$ 91,67				
	Preço do m² da aderagem	R\$ 250,00				
	Tamanho (em m²) da aderagem por veículo	8,80				
	Tempo de Amortização	24,00				
Serviço de Rastreamento (valor mensal)		R\$ 59,90				
Teclográfico (apropriado ao longo de 24 meses)		R\$ 20,83				
Apropriação reserva técnica		R\$ 99,17				
	Implementos Mensal (R\$)	R\$ 271,57				
	CUSTOS FIXOS (sem BDI)	R\$ 5.629,06				
	BDI (%)	21,76%				
	CUSTOS FIXOS (com BDI)	R\$ 6.851,79				

Cluster Analysis

CUSTO FINAL do Km percorrido (Considerando o Custo Fixo + o Custo variável) - (R\$/Km)

Joelma ~~Carla~~ Leite
Diretora de Transporte Escolar
Port. PMSV/GP 139/2021

LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULO - ROTA INDIRETA - 07

Custos Fixos				Custos Variáveis			
MAO DE OBRA		Valor		PNEUS		Terreno	Terreno/Pavimentado
Motorista	Salário	R\$ 3.083,95		Custo médio de um pneu 0km		Terreno	
	Encargos Trabalhistas	R\$ 1.916,36		Custo médio da recuperação do pneu		Não Pavimentado	
Equipe de Manutenção (apropriado mediante taxa)		R\$ 1.667,59		Vida útil média pneu 0km		R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
	Mão de Obra Mensal (R\$)	R\$ 462,59		Vida útil média pneu recuperado		R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Valor	R\$ 3.546,54		Número de pneus		38.462 km	50.000 km
Depreciação Médio Mensal		R\$ 114,36		Preços (R\$/km)		19.231 km	25.000 km
	Depreciação Mensal (R\$)	R\$ 414,36		Pneus (R\$/km)		6,00	6,00
	Valor	R\$ 414,36		Pneus (R\$/km)		0,08	0,06
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIZADO				COMBUSTÍVEL		Não Pavimentado	Pavimentado
Remuneração (mensal)		R\$ 1.065,00		Autonomia (km/l)		3,08	4,00
	Valor	R\$ 1.065,00		Preço Diesel		6,29	6,29
LICENCIAMENTO, SEGUROS E TAXAS				PEÇAS E ACESSÓRIOS		2,04	1,57
IPVA (apropriado ao longo de 12 meses)		R\$ 75,76		Combustível (R\$/km)		Não Pavimentado	Pavimentado
Licenciamento (apropriado ao longo de 12 meses)		R\$ 250,00		Coeficiente		0,507	0,390
DIPVAT (apropriado ao longo de 12 meses)		R\$ 0,00		Base de Cálculo		0,000001282051	0,000001282051
Victoria DETRAN/PE (apropriado ao longo de 12 meses)		R\$ 5,83		Peças e Acessórios (R\$/km)		R\$ 503.916,19	R\$ 503.916,19
Seguro de Responsabilidade Civil (apropriado ao longo de 12 meses)		R\$ 0,00		Coeficiente		0,51	0,39
	Valor	R\$ 331,59		LUBRIFICAÇÃO		Não Pavimentado	Pavimentado
CUSTOS FIXOS COMPLEMENTARES				Preço do Litro		R\$/km	R\$/km
Adesivos	Preço do m² da adesivagem	R\$ 91,67		Óleo de motor		0,4329	0,3350
	Tamanho (em m²) da adesivagem por veículo	8,80		Óleo de caixa		0,187	0,144
	Tempo de Amortização	24,00		Óleo de diferencial		0,0117	0,0090
Serviço de Rastreamento (valor mensal)		R\$ 59,90		Fluido de freio		0,0031	0,0024
Teclográfico (apropriado ao longo de 24 meses)		R\$ 20,83		Graxa		0,0010	0,0008
Apropriação reserva locatícia		R\$ 99,17		Lubrificantes (R\$/km)		0,075	0,0596
	Implementos Mensal (R\$)	R\$ 271,57		LIMPEZA		Não Pavimentado	Pavimentado
	CUSTOS FIXOS (sem BDI)	R\$ 5.629,06		Preço Unitário		100,00	100,00
	BDI (%)	21,76%		Periodicidade (em km)		500,00	500,00
	CUSTOS FIXOS (com BDI)	R\$ 6.854,79		CUSTO QUILOMÉTRICO		0,20	0,20
				Lubrificação		Não Pavimentado	Pavimentado
				Custo Pneu/km		0,08	0,06
				Custo Combustível/km		2,04	1,57
				Custo Manutenção/km		0,51	0,39
				Custo Lubrificação/km		0,08	0,06
				Custo Lavagem/km		0,20	0,20
				CUSTO QUILOMÉTRICO (sem BDI)		2,996	2,282
				BDI (%)		21,76%	21,76%
				CUSTO QUILOMÉTRICO (com BDI)		R\$ 3,61 km	R\$ 2,78 km
				DIAS			
				EXTENSÃO TOTAL DA ROTA NO MES			
				22			
				EXTENSÃO DIÁRIA			
				Não Pavimentada			
				Pavimentada			
				60,0			
				EXTENSÃO TOTAL MENSAL			
				1.628,0			
				CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Não Pav X Custo do Km)			R\$ 890,79
				CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Pav X Custo do Km)			R\$ 3.333,79
				CUSTO FIXO MENSAL (Com BDI) - que não depende da extensão			R\$ 6.853,79
				CUSTO TOTAL MENSAL (VARIÁVEL (QUILOMÉTRICO) + FIXO)			R\$ 11.178,38
				CUSTO FINAL do Km percorrido (considerando o Custo Fixo + o Custo variável) - (R\$/km)			R\$ 6,87

[illegible]

Joelma ~~Carvalho~~ Leite
Diretora de Transporte Escolar
Port. PMS/1GP 139/2021

LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULO - ROTA INDIRETA - 09

Veículo Tipo: micro-ônibus, 8 banc. sprinter - 2011

UNION ETYON		CUSTOS VARIÁVEIS			
MÃO DE OBRA		PNEUS		Terreno	
Motorista	Valor		Não Pavimentado		Terreno Pavimentado
	R\$ 3.083,95		R\$ 1.000,00		R\$ 1.000,00
			R\$ 0,00		R\$ 0,00
			38,462 km		50,000 km
			19,231 km		25,000 km
			4,00		4,00
			0,05		0,04
			Não Pavimentado		Pavimentado
			3,08		4,00
			6,29		6,29
			2,04		1,57
			Não Pavimentado		Pavimentado
			0,865		0,666
			0,0000015384620000		0,0000015384620000
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,87		0,67
			Não Pavimentado		Pavimentado
			R\$/km		R\$/km
			0,0429		0,0330
			0,0187		0,0144
			0,0117		0,0090
			0,0031		0,0024
			0,0010		0,0008
			0,0775		0,0596
			Não Pavimentado		Pavimentado
			100,00		100,00
			500,00		500,00
			0,20		0,20
			Não Pavimentado		Pavimentado
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,87		0,67
			0,08		0,06
			0,20		0,20
			3,239		2,538
			21,76%		21,76%
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,865		0,666
			0,0000015384620000		0,0000015384620000
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,87		0,67
			Não Pavimentado		Pavimentado
			R\$/km		R\$/km
			0,0429		0,0330
			0,0187		0,0144
			0,0117		0,0090
			0,0031		0,0024
			0,0010		0,0008
			0,0775		0,0596
			Não Pavimentado		Pavimentado
			100,00		100,00
			500,00		500,00
			0,20		0,20
			Não Pavimentado		Pavimentado
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,87		0,67
			0,08		0,06
			0,20		0,20
			3,239		2,538
			21,76%		21,76%
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,865		0,666
			0,0000015384620000		0,0000015384620000
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,87		0,67
			Não Pavimentado		Pavimentado
			R\$/km		R\$/km
			0,0429		0,0330
			0,0187		0,0144
			0,0117		0,0090
			0,0031		0,0024
			0,0010		0,0008
			0,0775		0,0596
			Não Pavimentado		Pavimentado
			100,00		100,00
			500,00		500,00
			0,20		0,20
			Não Pavimentado		Pavimentado
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,87		0,67
			0,08		0,06
			0,20		0,20
			3,239		2,538
			21,76%		21,76%
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,865		0,666
			0,0000015384620000		0,0000015384620000
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,87		0,67
			Não Pavimentado		Pavimentado
			R\$/km		R\$/km
			0,0429		0,0330
			0,0187		0,0144
			0,0117		0,0090
			0,0031		0,0024
			0,0010		0,0008
			0,0775		0,0596
			Não Pavimentado		Pavimentado
			100,00		100,00
			500,00		500,00
			0,20		0,20
			Não Pavimentado		Pavimentado
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,87		0,67
			0,08		0,06
			0,20		0,20
			3,239		2,538
			21,76%		21,76%
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,865		0,666
			0,0000015384620000		0,0000015384620000
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,87		0,67
			Não Pavimentado		Pavimentado
			R\$/km		R\$/km
			0,0429		0,0330
			0,0187		0,0144
			0,0117		0,0090
			0,0031		0,0024
			0,0010		0,0008
			0,0775		0,0596
			Não Pavimentado		Pavimentado
			100,00		100,00
			500,00		500,00
			0,20		0,20
			Não Pavimentado		Pavimentado
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,87		0,67
			0,08		0,06
			0,20		0,20
			3,239		2,538
			21,76%		21,76%
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,865		0,666
			0,0000015384620000		0,0000015384620000
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,87		0,67
			Não Pavimentado		Pavimentado
			R\$/km		R\$/km
			0,0429		0,0330
			0,0187		0,0144
			0,0117		0,0090
			0,0031		0,0024
			0,0010		0,0008
			0,0775		0,0596
			Não Pavimentado		Pavimentado
			100,00		100,00
			500,00		500,00
			0,20		0,20
			Não Pavimentado		Pavimentado
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,87		0,67
			0,08		0,06
			0,20		0,20
			3,239		2,538
			21,76%		21,76%
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,865		0,666
			0,0000015384620000		0,0000015384620000
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,87		0,67
			Não Pavimentado		Pavimentado
			R\$/km		R\$/km
			0,0429		0,0330
			0,0187		0,0144
			0,0117		0,0090
			0,0031		0,0024
			0,0010		0,0008
			0,0775		0,0596
			Não Pavimentado		Pavimentado
			100,00		100,00
			500,00		500,00
			0,20		0,20
			Não Pavimentado		Pavimentado
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,87		0,67
			0,08		0,06
			0,20		0,20
			3,239		2,538
			21,76%		21,76%
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,865		0,666
			0,0000015384620000		0,0000015384620000
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,87		0,67
			Não Pavimentado		Pavimentado
			R\$/km		R\$/km
			0,0429		0,0330
			0,0187		0,0144
			0,0117		0,0090
			0,0031		0,0024
			0,0010		0,0008
			0,0775		0,0596
			Não Pavimentado		Pavimentado
			100,00		100,00
			500,00		500,00
			0,20		0,20
			Não Pavimentado		Pavimentado
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,87		0,67
			0,08		0,06
			0,20		0,20
			3,239		2,538
			21,76%		21,76%
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,865		0,666
			0,0000015384620000		0,0000015384620000
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,87		0,67
			Não Pavimentado		Pavimentado
			R\$/km		R\$/km
			0,0429		0,0330
			0,0187		0,0144
			0,0117		0,0090
			0,0031		0,0024
			0,0010		0,0008
			0,0775		0,0596
			Não Pavimentado		Pavimentado
			100,00		100,00
			500,00		500,00
			0,20		0,20
			Não Pavimentado		Pavimentado
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,87		0,67
			0,08		0,06
			0,20		0,20
			3,239		2,538
			21,76%		21,76%
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,865		0,666
			0,0000015384620000		0,0000015384620000
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,87		0,67
			Não Pavimentado		Pavimentado
			R\$/km		R\$/km
			0,0429		0,0330
			0,0187		0,0144
			0,0117		0,0090
			0,0031		0,0024
			0,0010		0,0008
			0,0775		0,0596
			Não Pavimentado		Pavimentado
			100,00		100,00
			500,00		500,00
			0,20		0,20
			Não Pavimentado		Pavimentado
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,87		0,67
			0,08		0,06
			0,20		0,20
			3,239		2,538
			21,76%		21,76%
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,05		0,04
			2,04		1,57
			0,865		0,666
			0,0000015384620000		0,0000015384620000
			R\$ 432,730,04		R\$ 432,730,04
			0,87		0,67
			Não Pavimentado		Pavimentado
			R\$/km		R\$/km
			0,0429		0,0330
			0,0187		0,0144
			0,0117		0,0090
			0,0031		0,0024
			0,0010		0,0008
			0,0775		0,0596
			Não Pavimentado		Pavimentado
			100,00		100,00
			500,		

Costos Y Eficiencia

CUSTOS FIXOS					
MÃO DE OBRA	Valor				
Matéria-prima	R\$ 3.083,95				
Soldado	R\$ 1.916,36				
Energia e Trabalho	R\$ 1.167,59				
Equipe de Manutenção (apropiado mediante rateio)	R\$ 462,59				
Mão de Obra Mensal (R\$)	R\$ 3.446,54				
DEPRECIAÇÃO	Valor				
Depreciação Média Mensal	R\$ 414,36				
REMANEJAMENTO DO CAPITAL MOBILIZADO	Valor				
Remuneração (mês)	R\$ 1.065,00				
LICENCIAMENTO, SEGUROS E TAXAS	Valor				
IPVA (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 75,76				
Licenciamento (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 250,00				
DVAT (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00				
Vistoria DETRAN/PE (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 5,83				
Seguro de Responsabilidade Civil (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00				
Licenciamento, Seguros e Taxas Mensal (R\$)	R\$ 331,59				
CUSTOS FIXOS COMPLEMENTARES	Valor				
Adesivagem	R\$ 91,67				
Prego de m² da adesivagem	R\$ 230,00				
Tamanho (em m²) da adesivagem por veículo	8,80				
Tempo de Adesivagem	24,00				
Serviço de Rastreamento (valor mensal)	R\$ 59,90				
Teógrado (apropriado ao longo de 24 meses)	R\$ 20,83				
Apropriação reserva técnica	R\$ 99,17				
Implementos Mensal (R\$)	R\$ 271,57				
CUSTOS FIXOS (sem BDI)	R\$ 5.629,06				
BDI (%)	21,76%				
CUSTOS FIXOS COM BDI	R\$ 6.851,79				
CUSTOS VARIÁVEIS					
PNEUS	Terreno	Terreno Pavimentado	Terreno Não Pavimentado	Terreno	Terreno Pavimentado
Custo médio de um pneu 01km					
Custo médio da recapitação do pneu					
Vida útil média pneu 01km					
Vida útil média pneu recuperado					
Número de pneus					
COMBUSTÍVEL	Terreno	Terreno Pavimentado	Terreno Não Pavimentado	Terreno	Terreno Pavimentado
Autonomia (km/l)					
Preciso Diesel					
PIECAS E ACESSÓRIOS	Terreno	Terreno Pavimentado	Terreno Não Pavimentado	Terreno	Terreno Pavimentado
Pecas e Acessórios					
LUBRIFICAÇÃO	Terreno	Terreno Pavimentado	Terreno Não Pavimentado	Terreno	Terreno Pavimentado
Óleo do motor					
Óleo de caixa					
Óleo de diferencial					
Fluido de freio					
Graça					
LIMPEZA	Terreno	Terreno Pavimentado	Terreno Não Pavimentado	Terreno	Terreno Pavimentado
Prego Unitário					
Periodicidade (cm km)					
CUSTO QUILÔMETRICO	Terreno	Terreno Pavimentado	Terreno Não Pavimentado	Terreno	Terreno Pavimentado
Custo Pneu/km					
Custo Combustível/km					
Custo Manutenção/km					
Custo Lubrificação/km					
Custo Lavagem/km					
CUSTO QUILÔMETRICO (sem BDI)	Terreno	Terreno Pavimentado	Terreno Não Pavimentado	Terreno	Terreno Pavimentado
BDI (%)					
CUSTO QUILÔMETRICO COM BDI					
EXTENSÃO TOTAL DA ROTA NO MES - DIAS	Terreno	Terreno Pavimentado	Terreno Não Pavimentado	Terreno	Terreno Pavimentado
CUSTO TOTAL MENSAL (quilométrico) - (Extensão Não Pav X Custo do Km)	Terreno	Terreno Pavimentado	Terreno Não Pavimentado	Terreno	Terreno Pavimentado
CUSTO TOTAL MENSAL (quilométrico) - (Extensão Pav X Custo do Km)	Terreno	Terreno Pavimentado	Terreno Não Pavimentado	Terreno	Terreno Pavimentado
CUSTO FIXO MENSAL (Com BDI) - Que não depende da extensão	Terreno	Terreno Pavimentado	Terreno Não Pavimentado	Terreno	Terreno Pavimentado
CUSTO TOTAL MENSAL (VARIAVEL (QUILÔMETRICO) + FIXO)	Terreno	Terreno Pavimentado	Terreno Não Pavimentado	Terreno	Terreno Pavimentado
CUSTO FINAL do Km percorrido (Considerando o Custo Fixo + o Custo variável) - (R\$/Km)	Terreno	Terreno Pavimentado	Terreno Não Pavimentado	Terreno	Terreno Pavimentado

Joelma C. ~~Almeida~~ Leite
Diretora de ~~Inf~~ Transporte Escolar
Port. PMS/PGP 139/2021

LOCAÇÃO DE VEÍCULO - ROTA INDIRETA - II

Custos Fixos			Custos Variáveis		
MAO DE OBRA	Valor		PNEUS		
Motorista	R\$ 3.083,95		Terreno		
Salário	R\$ 1.916,36		Não Pavimentado		
Encargos Trabalhistas	R\$ 1.167,59		R\$ 1.000,00		
Equipe de Manutenção (apropriado mediante rotei)	R\$ 462,59		R\$ 0,00		
Mão de Obra Mensal (R\$)	R\$ 3.546,54		38,462 km		
DEPRECIACAO	Valor		19,231 km		
Depreciação Média Mensal	R\$ 414,36		4,00		
Depreciação Mensal (R\$)	R\$ 414,36		0,05		
REMUNERACAO DO CAPITAL IMOBILIZADO	Valor		Não Pavimentado		
Remuneração do Capital Investido Mensal (R\$)	R\$ 1.065,00		3,08		
LICENCIAMENTO, SEGUROS E TAXAS	R\$ 1.065,00		6,29		
IPVA (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 73,76		2,04		
Licenciamento (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 250,00		Combustível (R\$/km)		
DIPVAT (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00		Não Pavimentado		
Victoria DETRAN/PE (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 5,83		0,865		
Seguro de Responsabilidade Civil (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00		0,0000020000		
Licenciamento, Seguros e Taxas Mensal (R\$)	R\$ 331,59		R\$ 432,730,04		
CUSTOS FIXOS COMPLEMENTARES	Valor		0,67		
Adelwigem	R\$ 91,67		LUBRIFICACAO		
Precço do lit do adelwigem	R\$ 250,00		Preço do Litro		
Tamanho (em m²) da aderwigem por veículo	8,80		Óleo de motor		
Tempo de Amortização	24,00		0,00110		
Serviço de Rastreamento (valor mensal)	R\$ 59,90		Óleo de caixa		
Tachógrafo (apropriado ao longo de 24 meses)	R\$ 20,83		0,00040		
Apropração reserva técnica	R\$ 99,17		Óleo de diferencial		
Implementos Mensal (R\$)	R\$ 271,57		0,00020		
CUSTOS FIXOS (sem BDI)	R\$ 6.629,06		Fluido de Freio		
BDI (%)	21,76%		0,00004		
CUSTOS FIXOS (com BDI)	R\$ 8.084,79		0,00003		
			Graxa		
			0,00003		
			LIMPEZA		
			Preço Unitário		
			Período: (em km)		
			Limpieza (R\$/km)		
			Não Pavimentado		
			100,00		
			500,00		
			0,20		
			Pavimentado		
			0,05		
			2,04		
			0,87		
			0,08		
			0,20		
			3,239		
			2,538		
			21,76%		
			R\$ 494,00		
			R\$ 499,00		
			EXTENSÃO TOTAL DA ROTA NO MES =		
			DIAS		
			Não Pavimentada		
			16,0		
			Pavimentada		
			76,0		
			EXTENSÃO TOTAL MENSAL		
			R\$ 1.262,05		
			R\$ 4.896,77		
			R\$ 6.893,79		
			R\$ 12.812,62		
			CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Não Pav X Custo do Km)		
			CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Pav X Custo do Km)		
			CUSTO FIXO MENSAL (Com BDI) - Que não depende da extensão		
			CUSTO TOTAL MENSAL (VARIÁVEL (QUILÔMETRICO) + FIXO)		
			CUSTO FINAL do Km percorrido (Considerando o Custo Fixo + o Custo variável) - (R\$/Km)		
			R\$ 6,33		

Joelma Cavaliante Leite
Diretora de Transporte Escolar
Port. PMS nº 139/2021

LOCAÇÃO DE VEÍCULO-ROTA ANDRÉIA-12

Veículo Tipo: FIAT CNO - 2011

Custos Fixos - Valor de Custo Fixo por Km	
MÃO DE OBRA	Valor
Mão de Obra de Operação	R\$ 3.083,95
Solário	R\$ 1.916,36
Encargos Trabalhistas	R\$ 1.167,59
Mão de Obra Mensal (R\$)	R\$ 462,59
DEPRECIAÇÃO	Valor
Depreciação Média Mensal	R\$ 26,78
Depreciação Mensal (R\$)	R\$ 26,78
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIZADO	Valor
Remuneração (mensal)	R\$ 426,00
Remuneração de capital Investido Mensal (R\$)	R\$ 426,00
LICENCIAMENTO, SEGUROS E TAXAS	Valor
IPV A (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 73,86
Licenciamento (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 75,00
DPVAT (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00
Vistoria DETRAN/PE (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 5,83
Seguro de Responsabilidade Civil (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00
Licenciamento, Seguros e Taxas Mensal (R\$)	Valor
CUSTOS FIXOS COMPLEMENTARES	Valor
Adestragem	R\$ 62,50
Preço do m² da adestragem	R\$ 210,00
Tamanho (em m²) da adestragem por veículo	6,00
Tempo de Amortização	24,00
Serviço de Rastreamento (valor mensal)	R\$ 59,90
Tacógrafo (apropriado ao longo de 24 meses)	R\$ 20,83
Apropriação reserva técnica	R\$ 37,54
Implementos Mensal (R\$)	R\$ 184,77
CUSTOS FIXOS (sem BDI)	R\$ 4.334,79
BDI (%)	21,76%
CUSTOS FIXOS (com BDI)	R\$ 5.277,92

Custos Variáveis - Valor de Custo Variável por Km			
PNEUS		Terreno Não Pavimentado	Terreno Pavimentado
Custo médio de um pneu 0km		R\$ 400,00	R\$ 400,00
Vida útil média pneu 0km		30.769 km	40.000 km
Número de pneus		4,00	4,00
COMBUSTÍVEL	Pneus (R\$/km)	0,05	0,04
Autonomia (km/l)		6,92	9,00
Preço Diesel		5,60	5,60
PEÇAS E ACESSÓRIOS	Combustível (R\$/km)	0,81	0,62
Peças e Acessórios		0,217	0,167
	Coefficiente	0,00000200000	0,00000338462
	Base de Cálculo	R\$ 108,517,52	R\$ 108,517,52
LUBRIFICAÇÃO	Peças e Acessórios (R\$/km)	0,22	0,17
Óleo do motor		0,028	0,0212
Óleo de caixa		0,007	0,0050
Óleo de diferencial		0,000	0,0000
Fluido de freio		0,001	0,0006
	Lubrificantes (R\$/km)	0,035	0,027
LIMPEZA		Não Pavimentado	Pavimentado
Preço Unitário		80,00	80,00
Periodicidade (em km)		500,00	500,00
CUSTO QUILÔMÉTRICO	Limpeza (R\$/km)	0,16	0,16
Custo Pneus/km		0,05	0,04
Custo Combustível/km		0,81	0,62
Custo Manutenção/km		0,22	0,17
Custo Lubrificação/km		0,03	0,03
Custo Limpeza/km		0,16	0,16
CUSTO QUILÔMÉTRICO (sem BDI)	BDI (%)	1,273	1,016
CUSTO QUILÔMÉTRICO (com BDI)	BDI (%)	21,76%	21,76%
CUSTO QUILÔMÉTRICO (sem BDI)	R\$ 158,440	R\$ 158,440	R\$ 158,440

EXTENSÃO TOTAL DA ROTA NO MES =			
DIAS	EXTENSÃO DIÁRIA		
22	Não Pavimentada	Pavimentada	
	40,0	36,0	
EXTENSÃO TOTAL MENSAL			1.872,0

CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Não Pav X Custo do Km)	R\$ 1.239,76
CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Pav X Custo do Km)	R\$ 880,65
CUSTO FIXO MENSAL (com BDI) - Que não depende da extensão	R\$ 5.277,92
CUSTO TOTAL MENSAL (VARIÁVEL (QUILÔMÉTRICO) + FIXO)	R\$ 7.408,32

CUSTO FINAL do Km percorrido (Considerando o Custo Fixo + o Custo variável) - (R\$/km)	R\$ 4,43
---	-----------------

Joelma Cavaliere Leite
 Diretora de Transportes e Escorlar
 Port. PMST/G 139/2021

CUSTOS FIXOS	
Mão de Obra da Operação	Valor
Mão de Obra da Manutenção (apropriado indireto para o mês de instalação) Encargos Trabalhistas	Salário R\$ 1.916,36 R\$ 1.167,39 R\$ 462,59
Depreciação Média Mensal	Valor
Mão de Obra Mensal (R\$) Depreciação Mensal (R\$)	R\$ 3.546,54 R\$ 26,78 R\$ 26,78
RENUMERAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIZADO	Valor
Renumeração (mensal) Renumeração de capital Investido Mensal (R\$)	R\$ 426,00 R\$ 426,00
LICENCIAMENTO, SEGUROS E TAXAS	Valor
IPVA (apropriado ao longo de 12 meses) Licenciamento (apropriado ao longo de 12 meses) DPI/AT (apropriado ao longo de 12 meses) Visitação DETRAN/PE (apropriado ao longo de 12 meses) Seguro de Responsabilidade Civil (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 73,86 R\$ 75,00 R\$ 0,00 R\$ 5,83 R\$ 0,00
CUSTOS FIXOS COMPLEMENTARES	Valor
Licenciamento, Seguro e Taxas Mensal (R\$) Adesivo/gem Preço do m² da adesivo/gem Tamanho (em m²) do adesivo/gem por veículo 6,00 Tempo de amortização 24,00 Serviço de Resfriamento (valor mensal) Taqueamento (apropriado ao longo de 24 meses) Apropriação reativa técnica	R\$ 62,50 R\$ 250,00 R\$ 20,83 R\$ 37,54 R\$ 59,90 R\$ 4.334,79 R\$ 181,77
Implementos Mensal (R\$)	R\$ 181,77
CUSTOS FIXOS (sem BDI)	R\$ 4.334,79
BDI (%)	21,76%
CUSTOS FIXOS (com BDI)	R\$ 5.377,09

PNEUS		Terreno	Terreno/Pavimentado
Custo médio de um pneu 0/km Vida útil média pneu 0/km Número de pneus	Pneus (R\$/km)	Não Pavimentado R\$ 400,00 30.769 km 4,00 0,05	R\$ 400,00 40.000 km 4,00 0,00
COMBUSTIVEL		Não Pavimentado	Pavimentado
Autonomia (km/l)	Combustível (R\$/km)	6,92	9,04
Pegaj Diesel		5,60	5,60
		0,81	0,60
PIÇAS E ACESSÓRIOS		Não Pavimentado	Pavimentado
Pegaj e Acessórios	Coeficiente	0,217	0,16
	Base de Cálculo	0,00000200000	0,00000155846
	Pegaj e Acessórios (R\$/km)	R\$ 108,51,52	R\$ 108,51,55
		0,22	0,10
LUBRIFICAÇÃO		Não Pavimentado	Pavimentado
	Preço do Litro	R\$/km	R\$/km
Óleo de motor	0,000330	0,028	0,021
Óleo de caixa	0,000125	0,007	0,005
Óleo de diferencial	0,000125	0,000	0,000
Fluido de freio	0,000020	0,001	0,000
	Lubrificantes (R\$/km)	0,035	0,02
LIMPEZA		Não Pavimentado	Pavimentado
Preço Unitário		80,00	80,00
Periodicidade (em km)	Limpeza (R\$/km)	500,00	500,00
		0,16	0,10
CUSTO QUILOMÉTRICO		Não Pavimentado	Pavimentado
Custo Pneu/km		0,05	0,00
Custo Combustível/km		0,81	0,60
Custo Manutenção/km		0,22	0,10
Custo Lubrificação/km		0,03	0,00
Custo Lavagem/km		0,16	0,10
CUSTO QUILOMÉTRICO (sem BDI)		1,273	1,010
BDI (%)		21,76%	21,76%
CUSTO QUILOMÉTRICO (com BDI)		R\$ 1,55/km	R\$ 1,23/km

EXTENSÃO TOTAL DA ROTA NO MES =	EXTENSÃO DIÁRIA		EXTENSÃO TOTAL MENSAL
	Não Pavimentada	Pavimentada	
22	50,0	15,0	1.430,0

CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Não Pav X Custo do Km)	R\$ 1.349,66
CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Pav X Custo do Km)	R\$ 371,11
CUSTO FIXO MENSAL (Com BDI) - Que não depende da extensão	R\$ 5.277,99
CUSTO TOTAL MENSAL (VARIÁVEL (QUILOMÉTRICO) + FIXO)	R\$ 7.198,77

CUSTO FINAL do Km percorrido (Considerando o Custo Fixo + o Custo variável) - (R\$/Km)	R\$ 5,03
--	----------

Joelma Cavalcante Leite
Diretora de Transporte Escolar
Port. PMST/GP nº 39/2021

LOCAÇÃO DE VEÍCULO-ROTA INDIRETA-14

Fórmula Tipo: **PLAT UNO - 2011**

CUSTOS FIXOS	
MÃO DE OBRA	Valor
Mão de Obra de Operação	R\$ 3.083,95
	Salário R\$ 1.916,36
	Encargos Trabalhistas R\$ 1.167,59
Mão de Obra de Manutenção (apropriado mediante razão)	R\$ 462,59
	Mão de Obra Mensal (R\$) R\$ 3.546,54
DEPRECIAÇÃO	Valor
Depreciação Média Mensal	R\$ 26,78
Depreciação Mensal (R\$)	R\$ 26,78
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIZADO	Valor
Remuneração (mensal)	R\$ 426,00
Remuneração do capital investido Mensal (R\$)	R\$ 426,00
LICENCIAMENTO, SEGUROS E TAXAS	Valor
IPV A (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 73,86
Licenciamento (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 75,00
DPIVAT (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00
Vistoria DETRAN/DE (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 5,83
Seguro de Responsabilidade Civil (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00
Licenciamento, Seguro e Taxas Mensal (R\$)	R\$ 154,70
CUSTOS FIXOS COMPLEMENTARES	Valor
Adesivagem	R\$ 62,50
	Preço do m² da adesivagem R\$ 250,00
	Tamanho (m m²) da adesivagem por veículo 6,00
	Tempo de Amortização 24,00
Serviço de Rastreamento (valor mensal)	R\$ 59,90
Tecgrafito (apropriado ao longo de 24 meses)	R\$ 20,83
Apropriação reserva técnica	R\$ 37,54
Implementos Mensal (R\$)	
CUSTOS FIXOS (sem BDI)	R\$ 4.334,79
BDI (%)	21,76%
CUSTOS FIXOS (com BDI)	R\$ 5.277,92

CUSTOS VARIÁVEIS									
Labor e materiais, peças, custos de instalação, manutenção, etc., em cada tipo de terreno (km, pneu, litro)									
PNEUS		Terreno		Terreno Pavimentado					
Custo médio de um pneu 0km		R\$ 400,00		R\$ 700,00					
Vida útil média pneu 0km		30.769 km		40.000 km					
Número de pneu		4,00		4,00					
COMBUSTÍVEL		Pneus (R\$/km)		Pavimentado					
Autonomia (km/l)		Não Pavimentado		Pavimentado					
Preço Diesel		6,92		9,00					
		5,60		3,60					
		0,81		0,62					
PEÇAS E ACESSÓRIOS		Combustível (R\$/km)		Pavimentado					
Pecas e Acessórios		Não Pavimentado		Pavimentado					
		0,217		0,167					
		Coeficiente 0,00000200000		0,00000138462					
		Base de Cálculo R\$ 108.517,52		R\$ 108.517,52					
		0,22		0,17					
LUBRIFICAÇÃO		Pneus e Acessórios (R\$/km)		Pavimentado					
Óleo do motor		Não Pavimentado		Pavimentado					
Óleo de caixa		0,028		0,0212					
Óleo de diferencial		0,007		0,0050					
Fluido de freio		0,000		0,00000					
		0,001		0,0006					
		0,035		0,027					
LIMPEZA		Lubrificantes (R\$/km)		Pavimentado					
Preço Unitário		Não Pavimentado		Pavimentado					
Periodicidade (em km)		60,00		60,00					
		500,00		500,00					
		0,12		0,12					
CUSTO QUILOMÉTRICO		Nao Pavimentado		Pavimentado					
Custo Pneu/km		0,05		0,07					
Custo Combustível/km		0,81		0,62					
Custo Manutenção/km		0,22		0,17					
Custo Lubrificação/km		0,03		0,03					
Custo Lavagem/km		0,12		0,12					
CUSTO QUILOMÉTRICO (sem BDI)		BDI (%)							
		21,76%		1,006					
				21,76%					
CUSTO QUILOMÉTRICO (com BDI)		R\$ 1,50 km		R\$ 1,22 km					

EXTENSÃO TOTAL DA ROTA NO MES =	
DIAS	EXTENSÃO DIÁRIA
22	Não Pavimentada 16,0 Pavimentada 40,0
	1,232,0

CUSTO TOTAL MENSAL (quilométrico) - (Extensão Não Pav X Custo do Km)	R\$ 528,34
CUSTO TOTAL MENSAL (quilométrico) - (Extensão Pav X Custo do Km)	R\$ 1.077,86
CUSTO FIXO MENSAL (Com BDI) - Que não depende da extensão	R\$ 5.277,92
CUSTO TOTAL MENSAL (VARIÁVEL (QUILOMÉTRICO) + FIXO)	R\$ 6.884,13

CUSTO FINAL do Km percorrido (Considerando o Custo Fixo + o Custo variável) - (R\$/km)	R\$ 5,59
--	----------

Jeanna Carolina Leite
 Diretora de Tráfego e Transporte Escolar
 Port. PMST/SP 139/2021

CUSTOS FIXOS		CUSTOS FIXOS COM BDI	
Mão de Obra da Operação	Valor	R\$ 3.083,99	R\$ 4.272,92
Mão de Obra da Manutenção (apropiado medida mensal)	Valor	R\$ 1.916,36	R\$ 2.642,90
Encargos Trabalhistas	R\$ 1.167,59	R\$ 1.629,99	R\$ 2.221,99
Mão de Obra Mensal (R\$)	R\$ 3.462,39	R\$ 3.462,39	R\$ 4.795,89
DEPRECIACAO	Valor	R\$ 3.546,54	R\$ 4.862,36
Depreciação Média Mensal	R\$ 26,78	R\$ 26,78	R\$ 36,78
RENTABILIZACAO DO CAPITAL IMOBILIZADO	Valor	R\$ 24,78	R\$ 34,78
Renutricao (mensal)	R\$ 426,00	R\$ 426,00	R\$ 586,00
RENTABILIZACAO DO CAPITAL IMOBILIZADO	Valor	R\$ 426,00	R\$ 586,00
LICENCIAMENTO, SEGUROS E TAXAS	Valor	R\$ 73,86	R\$ 101,36
IPV A (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 73,86	R\$ 73,86	R\$ 101,36
Licenciamento (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 75,00	R\$ 75,00	R\$ 102,50
DPVAT (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Victoria DETRAN/PE (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 5,83	R\$ 5,83	R\$ 8,03
Seguro de Responsabilidade Civil (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Licenciamento, Seguros e Taxas Mensal (R\$)	R\$ 144,70	R\$ 144,70	R\$ 194,70
CUSTOS FIXOS COMPLEMENTARES	Valor	R\$ 62,50	R\$ 85,50
Adesivagem	Preço do m² da adesivagem	R\$ 250,00	R\$ 342,50
Tamanho (em m²) da adesivagem por veículo	6,00	R\$ 250,00	R\$ 342,50
Tempo de Amortização	24,00	R\$ 59,90	R\$ 82,50
Serviço de Rastreamento (valor mensal)	R\$ 20,83	R\$ 20,83	R\$ 28,73
Taxadego (apropriado ao longo de 24 meses)	R\$ 37,54	R\$ 37,54	R\$ 51,42
Apresentação técnica	R\$ 1434,79	R\$ 1434,79	R\$ 1947,99
Implementos Mensal (R\$)	R\$ 190,77	R\$ 190,77	R\$ 261,07
CUSTOS FIXOS (sem BDI)	BDI (%)	21,66%	29,66%
CUSTOS FIXOS COM BDI		R\$ 4.372,92	R\$ 5.862,36

CUSTO VARIÁVEL		Terreno	Terreno Pavimentado
Custo médio de um pneu 0km		R\$ 400,00	R\$ 400,00
Vida útil média pneu 0km		30.769 km	40.000 km
Número de pneus		4,00	4,00
COMBUSTÍVEL		Pneus (R\$/km)	0,05
Autonomia (km/l)		Não Pavimentado	Pavimentado
Preço Diesel		6,92	9,00
Combustível (R\$/km)		5,60	5,60
PEÇAS E ACESSÓRIOS		Não Pavimentado	Pavimentado
Coeficiente		0,217	0,16
Base de Cálculo		0,000002000000	0,000001338465
Peças e Acessórios (R\$/km)		R\$ 108,515,52	R\$ 108,517,5
LUBRIFICAÇÃO		Não Pavimentado	Pavimentado
Preço do Litro		0,23	0,1
Coeficiente		R\$/km	R\$/km
Óleo do motor		0,028	0,021
Óleo de caixa		0,007	0,005
Óleo de diferencial		R\$ 0,00	0,000
Fluido de freio		0,001	0,000
Lubrificantes (R\$/km)		0,035	0,02
LIMPEZA		Não Pavimentado	Pavimentado
Preço Unitário		80,00	80,00
Periodicidade (cm km)		500,00	500,00
Limpieza (R\$/km)		0,16	0,10
CUSTO QUILÔMETRICO		Não Pavimentado	Pavimentado
Custo Pneu/km		0,05	0,00
Custo Combustível/km		0,81	0,66
Custo Manutenção/km		0,22	0,17
Custo Lubrificação/km		0,03	0,00
Custo Lavagem/km		0,16	0,10
CUSTO QUILÔMETRICO (sem BDI)		1,273	1,010
BDI (%)		21,76%	21,76%
CUSTO QUILÔMETRICO (com BDI)		R\$ 1,554/km	R\$ 1,224/km

EXTENSÃO TOTAL DA ROTA NO MES =	EXTENSÃO DIÁRIA		EXTENSÃO TOTAL MENSAL
	Não Pavimentada	Pavimentada	
DIAS			
22	25,0	52,0	1.694,0

CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Não Pav X Custo do Km)	R\$ 774,86
CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Pav X Custo do Km)	R\$ 1.286,56
CUSTO FIXO MENSAL (Com BDI) - Que não depende da extensão	R\$ 5.277,97
CUSTO TOTAL MENSAL (VARIÁVEL (QUILOMÉTRICO) + FIXO)	R\$ 7.339,26

CUSTO FINAL do Km percorrido (Considerando o Custo Fixo + o Custo variável) - (R\$/Km)
R\$ 4,33

Joelma Cavalcante Leite
Diretora de Ensino e Escolar
Port. PM/ST/GP 139/2021

LOCAÇÃO DE VEÍCULO-ROTA INDIRETA-16

Veículo Tipo: FIAT UNO - 2011

CUNTO FIAN	
Item de Custo Fixo	Valor
Mão de Obra da Operação	R\$ 3.083,95
Mão de Obra da Manutenção (apropriado mediante razão)	Salário R\$ 1.916,36 Encargos Trabalhistas R\$ 1.167,39
Mão de Obra Mensal (R\$)	R\$ 462,59
DEPRECIAÇÃO	Valor
Depreciação Mensal (R\$)	R\$ 26,78
REMUERACÃO DO CAPITAL IMOBILIZADO	Valor
Remuneração (anual)	R\$ 426,00
REMUERACÃO DO CAPITAL INVESTIDO Mensal (R\$)	Valor
LICENCIAMENTO, SEGUROS E TAXAS	Valor
IPVA (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 73,86
Licenciamento (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 75,00
DVAT (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00
Visoria DE TRANPE (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 5,83
Seguro de Responsabilidade Civil (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00
Licenciamento, Seguros e Taxas Mensal (R\$)	R\$ 154,70
CUSTOS FIXOS COMPLEMENTARES	Valor
Adesivagem	R\$ 62,50
Tamanho (em m²) da adesivagem por veículo	6,00
Tempo de Amortização	24,00
Serviço de Rastreamento (valor mensal)	R\$ 59,90
Tacógráfico (apropriado ao longo de 24 meses)	R\$ 20,83
Apropriação reserva técnica	R\$ 37,54
Implementos Mensal (R\$)	R\$ 180,77
CUSTOS FIXOS (sem BDI)	R\$ 4.334,79
BDI (%)	21,76%
CUSTOS FIXOS (sem BDI)	R\$ 5.277,92

Custos Variáveis	
Item de Custo Variável	Valor
PNEUS	Terreno Não Pavimentado R\$ 400,00 30,769 km 4,00 0,05
COMBUSTIVEL	Pneus (R\$/km) Não Pavimentado 6,92 5,60 0,81
PEÇAS E ACESSÓRIOS	Combustível (R\$/km) Não Pavimentado 0,217 0,00000200000 R\$ 108,517,52 0,22
LUBRIFICAÇÃO	Coeficiente Base de Cálculo 0,00000200000 R\$ 108,517,52 0,22
Óleo do motor	Preço do Litro R\$ 40,00 0,000330 R\$ 40,00 0,0007 R\$ 0,00 0,0001 R\$ 30,00 0,00020
Óleo de caixa	0,000125
Óleo de diferencial	0,000125
Filtro de óleo	0,000020
LIMPEZA	Lubrificantes (R\$/km) Não Pavimentado 0,035 0,035
Preço Unitário	80,00
Periodicidade (em km)	500,00
CUSTO QUILÔMÉTRICO	Limpeza (R\$/km) Não Pavimentado 0,16 0,16
Custo Pneu/km	0,05
Custo Combustível/km	0,81
Custo Manutenção/km	0,22
Custo Lubrificação/km	0,03
Custo Lavagem/km	0,16
CUSTO QUILÔMÉTRICO (sem BDI)	1,273
BDI (%)	21,76%
CUSTO QUILÔMÉTRICO (com BDI)	1,55 km R\$ 1,55 km R\$ 1,54 km

EXTENSÃO TOTAL DA ROTA NO MES =	EXTENSÃO DIÁRIA	EXTENSÃO TOTAL MENSAL
DIAS	Não Pavimentada	Pavimentada
22	0,0	30,0

CUSTO TOTAL MENSAL (quilométrico) - (Extensão Não Pav X Custo do Km)	R\$ 0,00
CUSTO TOTAL MENSAL (quilométrico) - (Extensão Pav X Custo do Km)	R\$ 742,21
CUSTO FIXO MENSAL (Com BDI) - Que não depende da extensão	R\$ 5.277,92
CUSTO TOTAL MENSAL (quilométrico) + FIXO	R\$ 6.020,13

CUSTO FINAL do Km percorrido (Considerando o Custo Fixo + o Custo variável) - (R\$/km)	R\$ 9,12
--	----------

Joelma Costa Leite
Diretora de Tráfego e Transporte
Port. PMST/DP 139/2021

LOCAÇÃO DE VEÍCULO-ROTA INDIRÉTA-17

Veículo Tipo: **FIAT UNO - 2011**

CUSTOS FIXOS	
MÃO DE OBRA	Valor
Mão de Obra da Operação	RS 3.083,95
Mão de Obra da Manutenção (apropriado mediante rateio)	Salário RS 1.916,36 Encargos Trabalhistas RS 1.167,59 RS 462,59
DEPRECIAÇÃO	Valor
Depreciação Média Mensal	RS 3.546,54
REMANEJAMENTO DO CAPITAL IMOBILIZADO	Valor
Remanejamento (mensal)	RS 426,00
LICENCIAMENTO, SEGUROS E TAXAS	Valor
IPVA (apropriado ao longo de 12 meses)	RS 73,86
Licenciamento (apropriado ao longo de 12 meses)	RS 75,00
DPVAT (apropriado ao longo de 12 meses)	RS 0,00
Vistoria DE TRAN/PE (apropriado ao longo de 12 meses)	RS 5,83
Seguro de Responsabilidade Civil (apropriado ao longo de 12 meses)	RS 0,00
Seguro de Responsabilidade Civil (apropriado ao longo de 12 meses)	RS 154,70
CUSTOS FIXOS COMPLEMENTARES	Valor
Adesivagem	RS 62,30
Preço do m² da adesivagem	RS 250,00
Tamanho (em m²) da adesivagem por veículo	6,00
Tecido (apropriado ao longo de 24 meses)	RS 59,90
Tecido (apropriado ao longo de 24 meses)	RS 20,83
Implemento Mensal (RS)	RS 180,77
CUSTOS FIXOS (sem BDI)	RS 4.334,79
BDI (%)	21,76%
CUSTOS FIXOS (com BDI)	RS 5.277,92

CUSTOS VARIÁVEIS

Forma de apresentação: modelo de orçamento baseado em cada tipo de via (terreno/pavimentado)

PNEUS		Terreno	Terreno/Pavimentado
Custo médio de um pneu 0km		R\$ 400,00	R\$ 400,00
Vida útil média pneu 0km		30.769 km	40.000 km
Numero de pneus		4,00	4,00
COMBUSTÍVEL		Terreno	Pavimentado
	Pneus (R\$/km)	0,05	0,04
Autonomia (km/l)		6,92	9,00
Preço Diesel		5,60	5,60
	Combustível (R\$/km)	0,81	0,62
PEÇAS E ACESSÓRIOS		Terreno	Pavimentado
Peças e Acessórios		0,217	0,167
	Coefficiente	0,00000200000	0,000001538462
	Base de Cálculo	R\$ 108.517,52	R\$ 108.517,52
LUBRIFICAÇÃO		Terreno	Pavimentado
	Peças e Acessórios (R\$/km)	0,23	0,17
	Preço do Litro	R\$4,00	R\$4,00
Coefficiente		0,028	0,0212
Óleo de motor		R\$ 40,00	0,0050
Óleo de caixa		R\$ 40,00	0,0000
Óleo de diferencial		R\$ 0,00	0,0006
Fluido de freio		R\$ 30,00	0,0000
	Lubrificantes (R\$/km)	0,001	0,0000
LIMPEZA		Terreno	Pavimentado
Preço Unitário		80,00	80,00
Periodicidade (em km)		500,00	500,00
	Limpeza (R\$/km)	0,16	0,16
CUSTO QUILOMÉTRICO		Terreno	Pavimentado
Custo Pneus/km		0,05	0,04
Custo Combustível/km		0,81	0,62
Custo Manutenção/km		0,22	0,17
Custo Lubrificação/km		0,03	0,03
Custo Lavagem/km		0,16	0,16
CUSTO QUILOMÉTRICO (sem BDI)		BDI (%)	BDI (%)
		1,273	1,016
		21,76%	21,76%
		R\$ 1,28/km	R\$ 1,23/km

EXTENSÃO DIÁRIA		EXTENSÃO TOTAL MENSAL
Não Pavimentada	Pavimentada	
0,0	90,0	1.980,0
DIAS		
22		
EXTENSÃO TOTAL DA ROTA NO MES =		

CUSTO TOTAL MENSAL (quilométrico) - (Extensão Não Pav X Custo do Km)	RS 0,00
CUSTO TOTAL MENSAL (quilométrico) - (Extensão Pav X Custo do Km)	RS 2.226,64
CUSTO FIXO MENSAL (Com BDI) - Que não depende da extensão	RS 5.277,92
CUSTO TOTAL MENSAL (VARIÁVEL (QUILOMÉTRICO) + FIXO)	RS 7.504,56

CUSTO FINAL do Km percorrido (Considerando o Custo Fixo + o Custo variável) - (RS/km)	RS 3,79
---	---------

Jocilma Caroline Leite
Diretora de Apoio Escolar
Port. PMSP/OP 139/2021

LOCAÇÃO DE VEÍCULO-ROTA ANDRIELA-18

Veículo Tipo: FIAT UNO - 2011

CUSTOS FIXOS	
Valor de referência para cálculo de custo fixo de locação	
MÃO DE OBRA	Valor
Mão de Obra de Operação	R\$ 3.083,95
Salário Encargos Trabalhistas	R\$ 1.916,36
Mão de Obra Mensal (R\$)	R\$ 1.167,59
Mão de Obra Mensal (R\$)	R\$ 462,59
DEPRECIAÇÃO	Valor
Depreciação Média Mensal	R\$ 26,78
Depreciação Mensal (R\$)	R\$ 26,78
REMUERAÇÃO DO CAPITAL MOBILIZADO	Valor
Remuneração (mensal)	R\$ 426,00
REMUERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO (R\$)	Valor
LICENCIAMENTO, SEGUROS E TAXAS	Valor
IPVA (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 73,86
Licenciamento (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 75,00
DPVAT (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00
Victoria DETRAN/PE (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 5,83
Seguro de Responsabilidade Civil (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00
Licenciamento, Seguro e Taxas Mensal (R\$)	R\$ 154,70
CUSTOS FIXOS COMPLEMENTARES	Valor
Adesivagem	R\$ 62,50
Preço do m² da adesivagem	R\$ 250,00
Tamanho (em m²) da adesivagem por veículo	6,00
Tecográfico (apropriado ao longo de 24 meses)	24,00
Tempo de Amortização	R\$ 59,90
Implemento Técnico	R\$ 20,83
Implemento Mensal (R\$)	R\$ 37,34
CUSTOS FIXOS (sem BDI)	R\$ 4.334,79
BDI (%)	21,76%
CUSTOS FIXOS (com BDI)	R\$ 5.277,92

CUSTOS VARIÁVEIS			
Valor de referência para cálculo de custo variável de locação			
PNEUS		Terreno	Terreno Pavimentado
Custo médio de um pneu (0km)		R\$ 400,00	R\$ 400,00
Vida útil média pneu (0km)		30.769 km	40.000 km
Número de pneus		4,00	4,00
Pneus (R\$/km)		0,05	0,04
COMBUSTÍVEL		Não Pavimentado	Pavimentado
Autonomia (km/l)		6,92	9,00
Preço Diesel		5,60	5,60
Combustível (R\$/km)		0,81	0,62
PEÇAS E ACESSÓRIOS		Não Pavimentado	Pavimentado
Peças e Acessórios		0,217	0,167
Coeficiente Base de Cálculo		0,000002000000	0,00000138462
Peças e Acessórios (R\$/km)		R\$ 108,517,52	R\$ 108,517,52
Peças e Acessórios (R\$/km)		0,32	0,17
LUBRIFICAÇÃO		Não Pavimentado	Pavimentado
Preço do Litro		R\$ 40,00	R\$ 40,00
Coeficiente		0,028	0,0212
Óleo do motor		0,007	0,0050
Óleo de caixa		R\$ 40,00	0,0000
Óleo de diferencial		R\$ 0,00	0,0000
Fluido de freio		R\$ 30,00	0,0006
Fluido de freio		0,001	0,0006
Lubrificantes (R\$/km)		0,035	0,027
LIMPEZA		Não Pavimentado	Pavimentado
Preço Unitário		80,00	80,00
Perficiência (em km)		500,00	500,00
Limpeza (R\$/km)		0,16	0,16
CUSTO QUILOMÉTRICO		Não Pavimentado	Pavimentado
Custo Pneu/km		0,05	0,04
Custo Combustível/km		0,81	0,62
Custo Manutenção/km		0,22	0,17
Custo Lubrificação/km		0,03	0,03
Custo Lavagem/km		0,16	0,16
CUSTO QUILOMÉTRICO (sem BDI)		1,273	1,016
BDI (%)		21,76%	21,76%
CUSTO QUILOMÉTRICO (com BDI)		R\$ 1,55/km	R\$ 1,24/km

EXTENSÃO TOTAL DA ROTA NO MÊS =			
DIAS	EXTENSÃO DIÁRIA		EXTENSÃO TOTAL MENSAL
	Não Pavimentada	Pavimentada	
22	20,0	55,0	1.650,0

CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Não Pav X Custo do Km)	R\$ 619,87
CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Pav X Custo do Km)	R\$ 1.360,72
CUSTO FIXO MENSAL (Com BDI) - Que não depende da extensão	R\$ 5.277,92
CUSTO TOTAL MENSAL (VARIÁVEL (QUILOMÉTRICO) + FIXO)	R\$ 7.258,52

CUSTO FINAL do Km percorrido (Considerando o Custo Fixo + o Custo variável) - (R\$/km)	R\$ 4,40
---	-----------------

Joelma Cavalcante Leite
Diretora de Infra-estrutura Escolar
Port. PMST/GF 139/2021

Conclusions

[illegible]

Joelma Cavalcante Leite
Diretora de Ensino e Apoio Escolar
Port. PMST/SE 139/2021

LOCAÇÃO DE VEÍCULO ROTA INDIRETA - 20

Veículo Tipo: **FIAT UNO - 2011**

CUSTOS FIXOS		
MÃO DE OBRA	Valor	
Mão de Obra de Operação	R\$ 3.083,95	
	<i>Salário</i>	R\$ 1.916,36
	<i>Encargos Trabalhistas</i>	R\$ 1.167,59
Mão de Obra de Manutenção (apropriado ao longo de 24 meses)	R\$ 462,59	
	<i>Valor</i>	R\$ 3.546,54
DEPRECIAÇÃO	Valor	
Depreciação Média Mensal	R\$ 26,78	
Depreciação Mensal (R\$)	R\$ 26,78	
REMANUNERAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIZADO	Valor	
Remanuneração (mensal)	R\$ 426,00	
	<i>Valor</i>	R\$ 426,00
REMANUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO (R\$)	Valor	
LICENCIAMENTO, SEGUROS E TAXAS	R\$ 73,36	
IPV A (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 73,36	
Licenciamento (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00	
DPVAT (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00	
Vistoria DETRAN/PE (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 5,83	
Seguro de Responsabilidade Civil (apropriado ao longo de 12 meses)	R\$ 0,00	
Licenciamento, Seguro e Taxas Mensal (R\$)	R\$ 154,70	
CUSTOS FIXOS COMPLEMENTARES	Valor	
Adesivagem	R\$ 62,50	
	<i>Preço do m² da adesivagem</i>	R\$ 230,00
	<i>Tamanho (em m²) da adesivagem por veículo</i>	6,00
	<i>Tempo de Amortização</i>	24,00
Serviço de Rastreamento (valor mensal)	R\$ 59,90	
Teodolito (apropriado ao longo de 24 meses)	R\$ 20,83	
Aplicação resina técnica	R\$ 37,54	
Implementos Mensal (R\$)	R\$ 186,77	
CUSTOS FIXOS (sem BDI)	R\$ 4.134,79	
BDI (%)	21,76%	
CUSTOS FIXOS (com BDI)	R\$ 5.075,92	

Custos Variáveis			
PNEUS	Terrap	Terrap Pavimentado	
Custo médio de um pneu 0km	R\$ 400,00	R\$ 400,00	
Vida útil média pneu 0km	30.769 km	40.000 km	
Número de pneus	4,00	4,00	
	0,05	0,04	
COMBUSTÍVEL	Pneus (R\$/km)	Não Pavimentado	
Autonomia (km/l)	6,92	9,00	
Preço Diesel	5,60	5,60	
	0,81	0,62	
PEÇAS E ACESSÓRIOS	Combustível (R\$/km)	Não Pavimentado	
Peças e Acessórios	0,217	0,167	
	<i>Coefficiente</i>	<i>Coefficiente</i>	
	<i>Base de Cálculo</i>	<i>Base de Cálculo</i>	
	R\$ 108.517,52	R\$ 108.517,52	
	0,22	0,17	
LIBRIFICAÇÃO	Peças e Acessórios (R\$/km)	Não Pavimentado	
Óleo do motor	0,000530	0,028	
Óleo de caixa	0,000125	0,007	
Óleo de diferencial	0,000125	0,000	
Fluido de freio	0,000020	0,001	
	0,035	0,027	
LIMPEZA	Lubrificantes (R\$/km)	Não Pavimentado	
Preço Unitário	80,00	80,00	
Periodicidade (em km)	500,00	500,00	
	0,16	0,16	
CUSTO QUILOMÉTRICO	Limpeza (R\$/km)	Não Pavimentado	
Custo Pneus/km	0,05	0,04	
Custo Combustível/km	0,81	0,62	
Custo Manutenção/km	0,22	0,17	
Custo Lubrificação/km	0,03	0,03	
Custo Lavagem/km	0,16	0,16	
CUSTO QUILOMÉTRICO (sem BDI)	1,273	1,016	
BDI (%)	21,76%	21,76%	
CUSTO QUILOMÉTRICO (com BDI)	R\$ 1,55/km	R\$ 1,22/km	

EXTENSÃO TOTAL DA ROTA NO MES =			
DIAS	EXTENSÃO DIÁRIA	Pavimentada	EXTENSÃO TOTAL MENSAL
22	Não Pavimentada	70,0	1.540,0
	0,0		

CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Não Pav X Custo do Km)	R\$ 0,00
CUSTO TOTAL MENSAL (Quilométrico) - (Extensão Pav X Custo do Km)	R\$ 1.731,83
CUSTO FIXO MENSAL (Com BDI) - Que não depende da extensão	R\$ 5.277,92
CUSTO TOTAL MENSAL (VARIÁVEL (QUILÔMETRICO) + FIXO)	R\$ 7.009,75

CUSTO FINAL do Km percorrido (Considerando o Custo Fixo + o Custo variável) - (R\$/km)	R\$ 4,55
--	----------

Joelma Carneiro Leite
Diretora Gerente da Equipe Escolar
Port. PMST/EP 139/2021